

General Câmara Pina - O Chefe Militar; Seu Apego ao Universalismo Português

Coronel
Carlos Gomes Bessa



A Academia Portuguesa da História foi das primeiras e mais empenhados das muitas Instituições que quiseram associar-se à ideia lançada pelo Presidente da Direcção da "Revista Militar", General Espírito Santo, de celebrar o Centenário do General Luís Maria da Câmara Pina, que brilhantemente o antecederá nessas funções.

Uma razão especial avultava para o fazer. Foi a ela que o General Pina prestou o seu último serviço pouco antes de a vida se lhe extinguir.

Há mais de vinte e quatro anos, embora bastante combalido, como registam as Actas, aceitou o convite para responder ao recipiendário no Elogio Histórico de Luís de Bivar Guerra.

Ao chamá-lo a subir à tribuna, o Presidente da Academia, Professor Veríssimo Serrão, disse das razões da escolha. Tratava-se de figura nacional de alta craveira, apoiada no prestígio de brilhante carreira militar e numa cultura histórica que se impusera cada vez mais no convívio académico, a que trouxera primorosos dons de um espírito verdadeiramente superior.

O Académico Luíz da Câmara Pina lembrou o Confrade falecido havia um ano "com uma recordação que fez doer". E "ao vê-lo uma vez mais quase se não acreditava no desaparecimento do companheiro, do amigo, do historiador, que de facto não desaparecera, pois ao entrar na vida eterna continuara presente na Academia, no meio dos estudiosos, embora num misterioso convívio de sombras".

O mesmo sentem hoje, em relação ao General Câmara Pina, familiares, confrades, amigos e camaradas aqui vindos a render-lhe preito.

Creio não gostaria que neste momento esquecêssemos referência aos riscos e desconfortos de Dona Martha, grande Senhora, de sua filha Dona Leonor e de seu filho

Luís Filipe, Alferes Comando, ao seguirem para Angola no início do terrorismo, compartilhando e acrescentando o exemplo em que o General Pina apoiava o cumprimento da espinhosa missão que o destino lhe reservara.

Pensando nisso também, respeitosamente cumprimento Dona Leonor da Câmara Pina de Sousa Mendes e seu marido, a Senhora de Luís Filipe da Câmara Pina, seus netos e demais familiares e amigos.

Durante oito anos servi no seu Gabinete de Chefe do Estado-Maior do Exército e durante mais quatro na Direcção da “Revista Militar”, de que era Presidente. Por essa circunstância lhe fiquei devendo inúmeros ensinamentos, atenções, estima e a confiança de me ter como colaborador directo, o que de modo algum esqueço.

Eis porque muito agradeço ao Presidente da Academia e ao Conselho Académico a honra de ser chamado a falar nesta sessão, efectivamente extraordinária a muitos títulos.

Saúdo-os e cumprimento-os também, assim como aos numerosos confrades, amigos, altas entidades civis e militares e a todos os convidados presentes, mas seja-me permitida uma palavra especial para o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Sócio da Revista Militar, General Valença Pinto, aos seus prestigiados Presidentes da Direcção actual e da anterior, Generais Espírito Santo e Lopes Alves, bem como aos seus Chefes de Gabinete, Generais Bethencourt Rodrigues, que exerceu tais funções por largo tempo, e por quem o General Pina mantinha particular estima e consideração, por ver nele - o que é de geral consenso - um dos mais valorosos militares, de sua geração, que veio a suceder-lhe na Presidência da Direcção da “Revista Militar”, e Alberty Correia que, por seus méritos, foi escolhido para Governador de Timor e os seus Ajudantes de Campo Major Ruy Pereira Coutinho e Dr Victor Sousa e Melo.

*
* *

O General Luís Maria da Câmara Pina, como foi dito no IAEM, formou-se muito novo em Matemáticas, antes de decidir enveredar pela carreira das armas. Em 1959, já General e Chefe do Estado-Maior do Exército, numa conferência sobre a NATO na sua Universidade de Coimbra, afirmou continuar a ver-se mais uma vez um estudante chamado à lição. De facto, passou a vida estudando, a granjear saber e cultura invulgares a permitirem-lhe cumprir com brilho as missões que lhe foram sendo atribuídas, quer de carácter operacional, técnico, organizacional, diplomático, ou de magistério. A ele se aplicava com rigor o conceito camoniano: *as armas não lhe impediram a ciência*.

Foi chefe de invulgar mérito. Trabalhava muito, mas, impulsionador, não considerava seu principal papel o de fazer, mas o de fazer fazer. Mandava sem vergar vontades, antes convencendo, incutindo espírito de equipa, procurando conhecer os méritos e limitações dos que com ele serviam para os colocar no lugar onde melhor rendiam. Respeitava-os como pessoas e pretendia alcançar o objectivo, realizar obras e cumprir missões, não de modo a que parecesse só seu o mérito, mas compartilhando judiciosamente os esforços e

contributos. Os seus subordinados não eram apenas alguém a quem dava ordens, mas companheiros respeitados. As colocações tinha-as, por isso, como tarefa pessoal. Para se executarem por escala, afirmava, bastaria o contínuo Esteves, o tão estimável “Pinguinhas”, a quem prodigalizou trato tão amistoso que fez com que ele se lhe tornasse de tal modo fiel e indefectivelmente dedicado que colecionava tudo quanto visse escrito sobre o “seu” General.

Possuidor de invulgares qualificações elas tornaram-no indispensável para funções técnicas ou diplomáticas. Mas não lhe minguava capacidade para actividades operacionais, como pude verificar.

Em 1937, criada a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, logo em Março o Tenente de Telegrafistas Câmara Pina, partiu com o primeiro Chefe da Missão, o General Raul Esteves, e como referiu no IAEM o Tenente-Coronel Vale do Couto, seguiu para zonas operacionais assaz expostas.

Andam muito esquecidos os riscos corridos durante a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial e alguns deles foram arrepiantes. Em 30 de Maio de 1941 o War Cabinet inglês informou o nosso Governo da incapacidade de prestar apoio suficiente e oportuno contra uma invasão alemã. Sugeriu a transferência do Governo para os Açores. Na Metrópole oferecer-se-ia uma resistência simbólica, destruindo-se tudo quanto pudesse servir ao inimigo e não fosse transferível.

Chegaram a escolher-se os Ministros que ficariam na Metrópole, os que seguiriam para os Açores e o que iria para Angola.

Mas o Governo Português não aceitava, nem a destruição indiscriminada das comunicações, nem a criação de um serviço de centralização e coordenação das destruições com a vinda de ingleses para Portugal, o que deveria ser objecto de negociações militares. Haveria que escolher para elas quem possuísse elevada competência técnica, capacidade para distinguir o que tinha efectivo interesse destruir, e firmeza e habilidade para conduzir as árduas negociações. Foi escolhido o Capitão Pina.

A 11 de Dezembro recebeu instruções do Embaixador em Londres, Armindo Monteiro, iniciou o seu trabalho e as duas pretensões aliadas foram abolidas. O Embaixador informou o Doutor Salazar que o Capitão Pina pusera todo o cuidado e esforço no bom desempenho da sua missão técnica. Mas a transferência do Governo para os Açores pairou como terrível ameaça sobre Portugal, embora sem disso quase ninguém se aperceber, até Outubro de 1943.

Um pouco antes, a 5 de Junho, desembarcaram em Lisboa os últimos elementos da Missão inglesa, destinada a tratar do desembarque nos Açores com a Missão chefiada pelo Almirante Botelho de Sousa, da qual fazia parte o Capitão Pina.

A cidade encontrava-se inundada de espiões de todas as proveniências, sendo o belo Avenida Palace e o Hotel Internacional muito frequentados por eles. Havia que actuar em

sigilo e, num seu livro, o Tenente-Coronel Vintras, um dos elementos da Missão inglesa, narra que a primeira reunião se efectuou nessa noite no apartamento do Capitão Pina. Diz mais que a árdua tarefa do anfitrião em traduzir todos os documentos ingleses e a sua útil maneira profissional de encarar os assuntos se revelaram verdadeiro bálsamo durante todas as sessões, o que atesta ter sido sua casa afinal usada como sede de tão importantes negociações.

Vintras atribui mais um mérito a essa contribuição. Apesar de as negociações se terem iniciado a 5 de Junho, o Acordo Militar assinado a 17 de Agosto, e o desembarque inglês efectuado a 8 de Outubro, portanto quatro meses depois, conseguiu-se colher de surpresa o Embaixador e a espionagem alemã nas condições vividas em Lisboa. Esta se deveria ter como uma das mais notáveis operações de segurança da História, em boa parte devida à forma como o Capitão Pina acolheu a Missão inglesa em sua casa.

Além disto, como ele pertencia também à delegação portuguesa que, em Londres, planeava as operações de desembarque nos Açores, ali se encontrava no dia em que o mesmo se efectuou. Essa ausência serviu de argumento ao Presidente do Conselho para impedir a concretização da ideia fixa dos ingleses quanto a efectuarem as destruições, para as quais dispunham até de serviços clandestinos no nosso país, evitando-se terríveis danos, sem qualquer benefício sequer para eles. Mas só desistiram quando se verificou a não reacção da Alemanha aos seus desembarques ainda antes de o Capitão Pina regressar a Lisboa.

O que acabo de referir não constitui ficção, mas História, e à intervenção que nela teve o então Capitão Câmara Pina ficámos devendo serem os portugueses poupados a violentas perdas e danos, o que é justo lembrar com enorme gratidão.

*
* *

Exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército de 1958 a 1969. As ameaças contra Portugal e os seus territórios ultramarinos agravaram-se sensivelmente a partir de 1958. Colocado na Guiné, como Chefe de Estado-Maior do Comando Militar desde 1956, pude verificar o aumento de interesse e da adopção de crescente número de providências havido a partir daí, com vista a melhorar a eficiência operacional naquele Comando por parte do Ministério e do Estado-Maior do Exército.

Em 1959, o Governo decretou uma fundamental reforma, a constituir um dos principais sustentáculos para se aguentar a luta anti-subversiva apenas com quadros nacionais e efectivos muito elevados repartidos por numerosos e distantes territórios, em termos de que a nossa História não regista paralelo.

Tendo eclodido o terrorismo em Angola a 15 de Março de 1961, também com o apoio do Consulado-geral e das missões protestantes americanas, estes fizeram correr ali que os portugueses não se aguentariam seis meses. Mas a resistência veio a durar treze anos, o que muito se ficou devendo ao notável esforço de organização e orientação do General

Câmara Pina até 1969.

Quando em 1964 o acompanhei na Missão à Guiné pude avaliar de muito perto o seu à vontade nas actividades operacionais em tempo de guerra. Escolheu para visitar os lugares mais expostos e as unidades mais precariamente instaladas. Estivemos numa companhia na ilha de Como onde se travavam duros combates: as instalações de campanha estavam longe de ser confortáveis e ali permaneceu a Missão cerca de duas horas, para estímulo do pessoal e estudo de medidas susceptíveis de melhorar as suas condições de vida e a sua capacidade operacional.

Pouco depois da partida da Missão a companhia foi bombardeada, mas só houve conhecimento disso à noite na sede do Batalhão de Catió, onde dormiríamos. Manhã cedo, o General Pina voltou à companhia de avião, por não o poder fazer de noite, indo apenas acompanhado pelo Comandante Militar, pois a lotação não permitia a ida de mais ninguém, para se inteirar das consequências e decidir sobre as medidas a tomar.

*
* *

Das actividades do Gabinete devo salientar mais uma, por me parecer notável e nela ter colaborado.

Os desafios eram muito duros para o nosso país e, em 1967, o General Câmara Pina, entendendo que o estilo de vida próprio de Portugal e do Brasil, o luso-tropicalismo, a sua extensão pelos vários continentes, a economia em expansão, e uma população impregnada de espírito de missão e crença firme poderiam criar um novo tipo de vida e uma nova civilização luso-brasileira. E que os militares eram os que mais imediatamente contactavam e conviviam com as populações e lhes davam o primeiro choque da nova cultura de que eram portadores. A harmonia entre africanos e não africanos, tornados “companheiros” por comerem o mesmo pão, não se havia perdido. Houvera por certo abusos de poder e injustiças, mas onde os não havia, infelizmente? Todavia, a violência como politica não estivera nunca no espírito nem no coração dos nossos soldados que, mesmo na terrível crise a atravessar, combatiam com energia e determinação, mas sem ódio.

Pensou em grande, e logo passou aos actos, como lhe era habitual. Decidiu realizar em Moçambique um curso intensivo de ensino da língua portuguesa para soldados macúas e seus familiares. Eles habitavam o distrito mais rico de Moçambique, eram 2 milhões e duzentos mil, fiéis e trabalhadores. Havia repellido a rebelião e incorporaram-se em unidades ao lado das nossas. A subversão já assim fazia a norte do Rovuma com fortes apoios estrangeiros em relação a outras etnias para as preparar com vista a actuarem em Moçambique. Obteve apoio do Ministro do Exército, Luz Cunha e da Educação Nacional, Galvão Teles, que destacou para o efeito o Professor Herculano de Carvalho de Coimbra, e encarregou o Instituto dos Meios Áudio-Visuais do Ensino para montar o curso, segundo técnicas que o General Pina classificava de produção industrial, pois até incluíam o uso da televisão.

O entusiasmo venceu as dificuldades, e a 1ª tentativa experimental iniciou-se em Setembro de 1968, com 28 soldados que não entendiam uma palavra de português. O Professor Herculano de Carvalho foi lá fazer a montagem e, após o seu regresso, ficou a dirigir o curso o então Major Freitas Lopes, meu companheiro de turma no Liceu e velho amigo, que, a meio da 1ª parte, escrevia àquele que, era tal o interesse dos alunos, que “bebiam” os ensinamentos e a partir da 3ª semana, o intérprete macúá passara a ser progressivamente dispensado. Atrasos irremovíveis de material impediram que a 2ª parte corresse tão bem.

Em Fevereiro de 1969 iniciou-se o 2º curso mais aperfeiçoado, mas o General Pina passou à reserva em Junho, e a experiência parou. Omitirei as críticas do Professor Herculano de Carvalho aos responsáveis por isso, acrescentando, porém, que ele continuou a lutar pela ideia, inclusivamente no Brasil, enquanto viveu até final da década de 90. O General Pina também não parou de lutar por ela, mesmo depois de 1974 e até ao fim da vida, como veremos.

*
* *

Em meados de 1976 recebi em casa um telefonema do General Pina. Pretendia falar comigo. Prontifiquei-me logo a procurá-lo, pois tempo livre não me faltava. Não aceitou. Queria ser ele a ir a Caxias. Rendi-me, e nessa tarde a conversa ocorreu. Vinha convidar-me para ser eleito Sócio Efectivo da “Revista Militar” e seu colaborador na Direcção de que era Presidente. Informou-me do privilégio de passar a ser co-proprietário vitalício, como ainda hoje acontece com todos os Sócios, mas avisou-me, gracejando, não retirar dele nem um tostão e, pelo contrário, me ir envolver nas dificuldades que ela atravessava.

Aceitei logo, grato pelo convite e pela deferência, que me permitiria continuar a servir o país e não me desligar das Forças Armadas.

A Revista estava, realmente, a refazer-se do vendaval hostil a que fora sujeita. Alguns regressavam de prisões arbitrárias, outros haviam saído por imperativos de serviço ou por abandono. Três estrénuos defensores haviam, todavia, aguentado firmes: os Generais Câmara Pina, Buceta Martins, e Louro de Sousa. A mais antiga publicação militar do mundo fora por eles salva de desaparecer. E, felizmente, iria renascer e viver de novo uma época assaz prestigiante. Não mais se recorreria a traduções de emergência de artigos estrangeiros para a poder fazer sair. O caminho seria o oposto: incentivar a colaboração nela de militares e civis prestigiados.

*
* *

Gostaria, mas não me é possível, tocar em mais alguns aspectos da vida da Revista naqueles quatro anos. Limitar-me-ei a breves comentários sobre quatro números especiais publicados durante o período.

Março de 1977 - 1ª travessia aérea nocturna do Atlântico Sul, de Beires, Castilho e Gouveia, 1927-1977. Durou mais de um ano a preparar, pois o General Pina quis e conseguiu obter notáveis colaborações nacionais e estrangeiras. O célebre aviador Closterman classificou-a, e à de Cabral e Gago Coutinho, como “duas grandes estreias mundiais”.

O General Pina exprimiu nele a preocupação de não deixar morrer o patriotismo, por estiolamento, assassinio, ou até por suicídio, lembrando que as primeiras ligações marítimas e aéreas Portugal - Brasil haviam sido feitas por portugueses e eram sinal de um chamamento interior, de uma vocação, voltando-se mais para o futuro do que para o passado. Exprimia a esperança de também não virmos a falhar na obra de gigantes que nos desafiava e desafia.

Março de 1978 - Evocação do 175º Aniversário do Colégio Militar - Excelente monografia histórica, com quase exclusiva colaboração de antigos “Meninos da Luz”, sobre aquela “oficina de almas”, como lhe chamou o General Pina, “tendo como mais alto objectivo de ensino a ambição de entregar ao País homens capazes de o servirem com a totalidade das suas forças e dos seus dons. Homens de carácter. Portugueses”.

Outubro de 1979 - Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada. A Revista compareceu “em obediência à sua missão e à sua obrigação de procurar difundir o valor das instituições militares no nosso meio social”, como afirma o seu Presidente. Constituem a sua delegação, além dele, mais três elementos: o General Paiva Brandão, o Major Ernesto Leal e eu. Todos apresentaram comunicações, eu, além da individual, tive o gosto e a honra da co-autoria com o General Pina duma sobre as Unidades Militares de Guimarães; este dirigiu, além disso, um importante Simpósio sobre castelos e torres fortificadas.

O Congresso constituiu um sucesso, retemperador a muitos títulos.

Viéramos de longe ou de perto, animados pelo mesmo e profundo ideal, até junto do glorioso Castelo para retemperar a alma na fonte de vida que é o amor da Pátria, como anunciou na Sessão Inaugural o Professor Veríssimo Serrão.

Regressámos reconfortados e sintonizados com a afirmação vibrante de Pedro Calmon na Sessão de Encerramento: Tenhamos confiança. A Pátria portuguesa, nascida há mais de oito séculos, não morrerá. E o General Câmara Pina concluía, feliz, que déramos uma boa imagem da actividade cultural do nosso Exército.

Dezembro de 1980 - Evocação do 2º Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. Planeado com ele, veio a redigi-lo o General Louro de Sousa. Resultou excelente obra de leitura obrigatória sobre as relações mantidas durante tantos anos pelas duas Instituições e pela acção dos militares que pertenceram a ambas. Encontra-se esgotada há muito tempo.

*

* *

1975. A tempestade varre Portugal e investe feroz sobre o universalismo marcante da nossa História, e sobre a Academia, que quer cumprir o seu dever de o respeitar. Reconhece esta a necessidade de se dar um Presidente corajoso e sabedor. Elege Joaquim Veríssimo Serrão, que logo terá de enfrentar e deter ameaças vitais. Na Assembleia da República deputados há que defendem a sua extinção. Não têm êxito, mas é indispensável reforçar a hoste. O Presidente chama um soldado para onde havia muitos anos eles não tinham tido assento. Foi o General Câmara Pina. “Douto e ciente”, possui coragem serena e a força do prestígio conquistado. Não é dos de desertar. Aceita o convite. E passa a subir semanalmente ao Palácio da Rosa, às sextas-feiras, pois era então esse o dia das sessões.

À assiduidade junta dedicação e valoriza o estudo da História aplicando-lhe o método do rigor de pensamento característico do Estado-Maior do Exército para estudar as situações.

De que se trata? Quais os elementos essenciais de informação sobre o facto histórico a estudar? Quais as missões de cada um? Que inimigo ou interesses em confronto há que ter em conta? Qual o terreno, e como tirar dele o melhor proveito? Quais os meios disponíveis para cumprir a missão? E, a partir desta lógica, investiga, julga e conclui.

Com base nela as suas comunicações revestem-se de rigor e verosimilhança, impondo-se e impondo o Autor.

Passado o tempo mínimo de três anos, o General Luís da Câmara Pina ascende a Académico de Número e, caso inédito, não só por unanimidade, mas por aclamação.

Tornada reduto de verdade histórica, sem se esconderem sombras, nem rejeitarem a priori dúvidas ou discordâncias, mas com respeito e fervor admirativo, quando é caso disso, a Academia abre as suas portas ao público em geral, e muitos passaram a acorrer às suas sessões para retemperar o amor pátrio e repelir com fundamento o culto da descrença.

Por sugestão do General Pina vim pela primeira vez à Academia. O reconforto sentido fez-me voltar sempre que podia, sem faltar nunca à apresentação dos seus trabalhos. Infelizmente tal não aconteceu durante muito tempo.

*
* *

São conhecidas as marcas que as prolongadas passagens por Inglaterra deixaram no modo de ser e agir do General Pina. Por isso não o ouvi nunca queixar-se da gravidade da doença e da contingência a que estava sujeita a sua vida.

Nos primeiros dias de Março de 1980, convidou-me para tomar chá com ele na *Marques*

do Chiado, na sexta-feira que antecedeu a minha entrada na Casa de Saúde Militar. Para lá seguimos, conversando, terminada a sessão da Academia. Operado na 2ª feira, ainda passou duas vezes a ver-me durante a semana. Na 5ª feira falou-me que, no dia seguinte, interviria no Elogio de Luís de Bivar Guerra para responder ao seu sucessor na Cadeira. Exprimi-lhe a pena que tinha por não o poder ir ouvir, mas só me seria dada alta nessa tarde. Assim nos despedimos. Na manhã de domingo recebi, por telefonema do General Bethencourt Rodrigues, a notícia brutal. Na sessão a que não pude ir à Academia, o General Câmara Pina vibrara ao exortar o novo Académico de Número Luís de Albuquerque a fazer rutilar uma verdade, prestando a homenagem ainda em dívida que os portugueses de antanho, e até os de hoje, irrefragavelmente mereciam. E, sob o primado do espiritual e da cultura, impulsionar um projecto, também verdadeiramente nacional, e em escala não inferior à dos Descobrimentos do Século XVI: a difusão, sobretudo em África, da língua portuguesa e da nossa maneira de estar no Mundo. Todos unidos com o Brasil seríamos bastantes! Tão importante foi para ele esta ideia - força da preservação do universalismo de Portugal - que dela, não só nunca abdicou por a ter como fundamental, como lhe imprimiu a marca de uma última vontade.

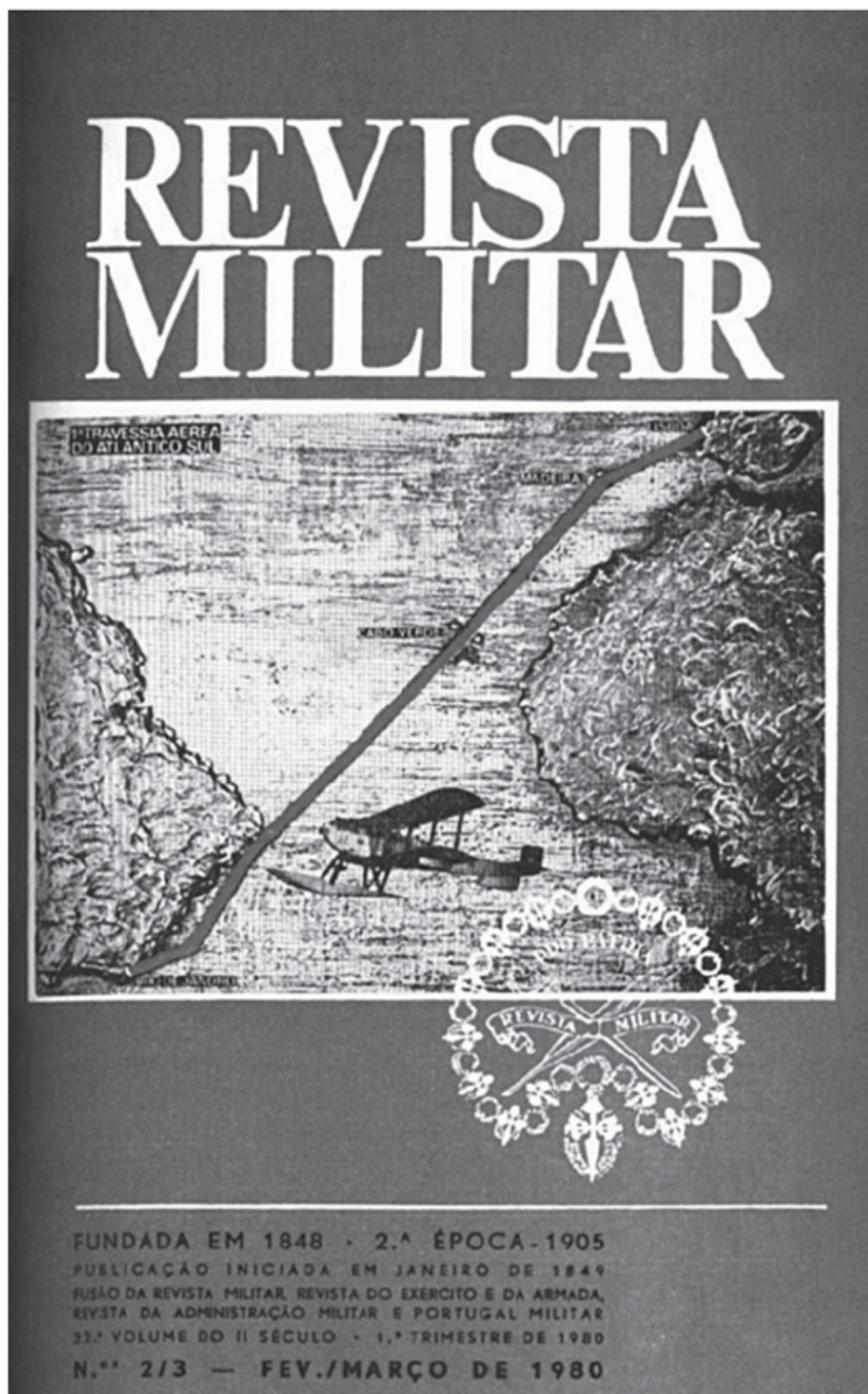
Neste nosso reencontro com o General Câmara Pina, a que compareceram tantos, para um diálogo, que afinal não foi só de sombras, pelas luzes intensas irradiadas do seu espírito, essa ideia-força surge como essencial para não nos esfumarmos como povo numa Europa tão problemática e de futuro tão pouco previsível.

Mercê dela revigora-se a *Prece* de Pessoa a demandar-nos que o nosso esforço se renove para “outra vez conquistarmos a Distância - do mar ou outra mas que seja nossa”!

E nessa outra se inclui o culto e expansão da língua portuguesa e da nossa maneira de estar no Mundo, bem como do nosso renovado luso-tropicalismo, assentes nos direitos que nos advêm pelo muito que Portugal deu à Humanidade Mundo, e que uma História isenta deve reconhecer, e aos portugueses cabe valorizar, em vez de suicidariamente a denegrirem ou ignorarem.

O esforço de vontade e de talento terá de ser grande e, sem dúvida difícil, mas constitui, parece-me, a mais adequada homenagem a prestar a quem acreditou até ao fim de que eles não haveriam de faltar nunca aos portugueses.

1 – Nota Necrológica



Revista Militar N.º 2435 - Dezembro de 2004, pp 0 - 0.

:: Neste pdf - página 13 de 59 ::

GENERAL

LUIZ MARIA DA CÂMARA PINA

Já a impressão deste número da Revista Militar se encontrava em fase adiantada quando, no dia 16 de Março, recebemos a dura surpresa da notícia do falecimento do General Luiz Maria da Câmara Pina.

Sócio efectivo da Revista Militar desde 1960, haveria de assumir em 1969 a Presidência da sua Direcção em substituição do General Affonso Tallaya de Sousa Botelho e exercer tais funções ininterruptamente até final da sua vida.

Possuidor duma das mais valiosas folhas de serviços entre os Officiais das últimas gerações, prestados ao Exército, às Forças Armadas e a Portugal, a sua acção como Presidente da Direcção da Revista Militar assumiu uma dedicação e relevância assinaláveis, fazendo do período de exercício das suas funções um dos mais prestigiosos da longa e meritória vida da Revista.

Fiel a princípios, dispunha de uma rara fidalguia de trato e de comunicabilidade, cultivando a convivência sem pôr ninguém de parte, no intuito de melhor avaliar razões e sentimentos alheios e fundamentar os seus, mas sem deixar também de se manter especialmente apegado ao seu círculo de familiares, amigos e colaboradores.

Como militar ascendeu às cimeiras funções de Chefe do Estado-Maior do Exército que exerceu, em período muito delicado, difícil e exigente, com invulgar capacidade de chefia, de iniciativa e de concretização, a permitirem superar enormes carências, através da polarização de vontades e do aproveitamento de cada um onde melhor pudesse servir e com o assumir pronto e inequívoco de decisões da maior responsabilidade. Dessa acção resultou marcante prestígio para as Forças Armadas portuguesas e para o Exército e o seu Estado-Maior, chamado a organizar, instruir, abastecer, transportar e permitir combater e viver em circunstâncias que impunham grandes e reais qualificações para poderem ser vencidas.

Foi Professor e Director do Instituto de Altos Estudos Militares, onde sempre defendeu e lutou para que os militares não circunscrevessem o seu saber e a sua cultura apenas ao campo técnico específico. Nessa linha, criou e agiu no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, que «riscou» com a mais larga visão, dotando-o de excepcionais condições de trabalho em ambiente moderno, de grande funcionalidade, de excelente gosto e ponderada sobriedade, para nele se poderem reunir militares dos três ramos e civis, nacionais e estrangeiros, a fim de melhor trocarem conhecimentos e ganharem uma visão global dos problemas que importava debater.

Tratava-se de uma missão para que dispunha também uma especial inclinação. Podia ombrear, à vontade, com naturalidade, com as mais prestigiosas figuras da Cultura e da Ciência. Esta foi uma das razões porque ingressou de pleno direito na Academia das Ciências de Lisboa, na Academia Portuguesa da História, na Academia Internacional da Cultura Portuguesa na Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa e na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, de que era actualmente Presidente da Assembleia Geral. Na longa história da Revista Militar e na galeria dos seus sócios, em que figuram oficiais de elevado prestígio e cultura, o General Câmara Pina foi o único a ascender, por eleição entre os seus pares, às insígnias funções de Presidente da Academia das Ciências.

A projecção da sua figura alargou-se para além das fronteiras portuguesas, pela sua participação em inúmeras negociações da parte de Portugal, de que mencionaremos apenas as relativas à cedência das bases dos Açores e as da NATO. Continuava ainda ligado actualmente ao Colégio da NATO.

Não pode a Revista Militar dar neste número na medida requerida pública nota da personalidade do que foi seu muito respeitado Presidente da Direcção e dos serviços que se lhe ficaram devendo. Mas não quer, no entanto, silenciar o seu enorme pesar pelo vazio que nela deixa o General Câmara Pina, através da simplicidade das breves palavras que insere neste número, ao curvar-se emocionada, sentida e reverentemente perante a sua memória.

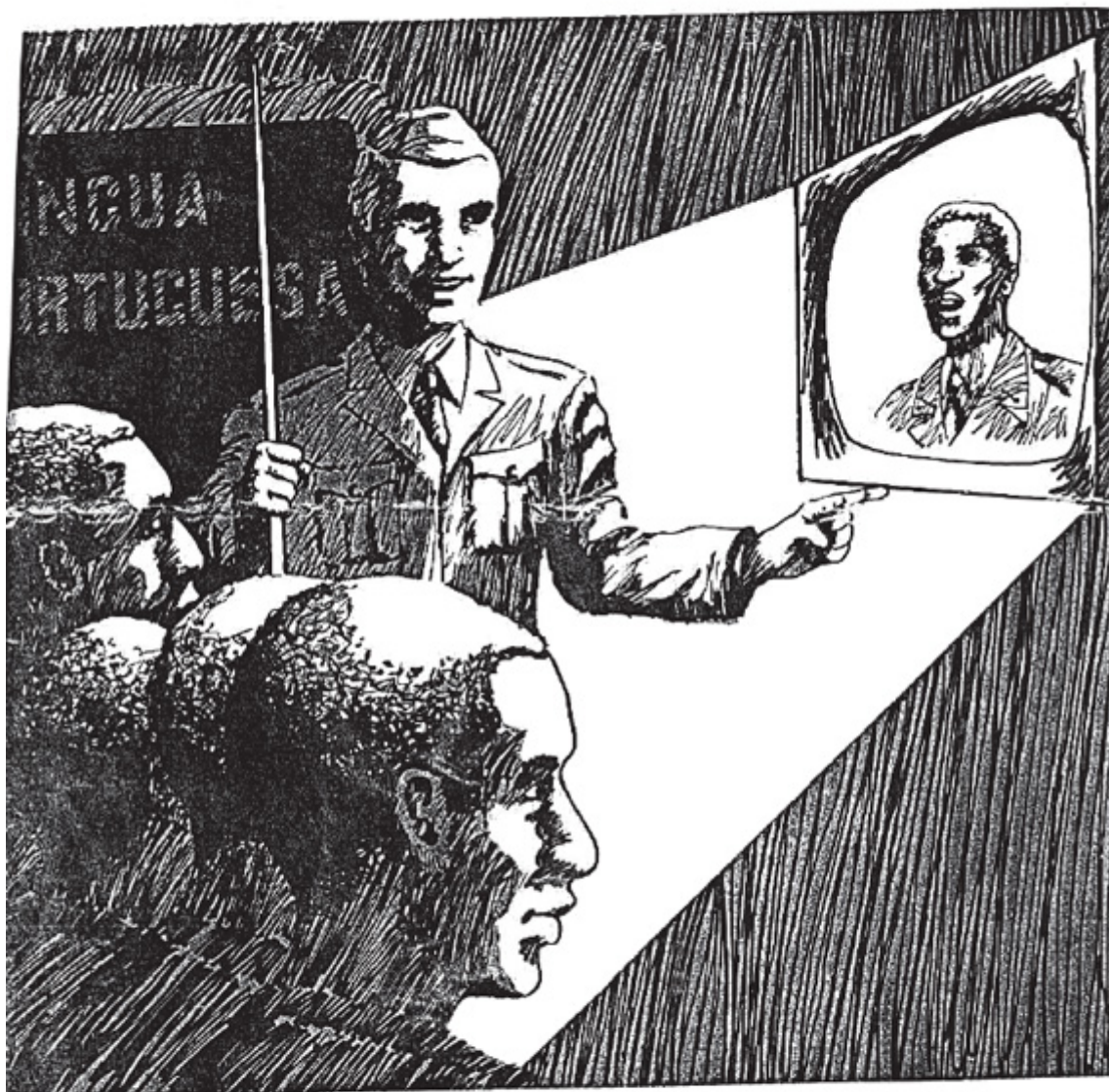
A DIRECÇÃO



General
Luiz Maria da Câmara Pina
(1904-1980)

Sócio efectivo da Revista Militar em 1960
Presidente da Direcção da Revista Militar de 1969 a 1980

2 – O Exército e a Difusão da Língua Portuguesa



O EXÉRCITO E A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Revista Militar N.º 2435 - Dezembro de 2004, pp 0 - 0.

:: Neste pdf - página 17 de 59 ::

Na Assembleia Nacional vários deputados, durante a presente sessão legislativa puseram em grande destaque a necessidade da difusão da língua portuguesa nos nossos territórios ultramarinos.

Desde há muito tempo que esse conceito se integra nas missões atribuídas ao Exército. Antes mesmo do início do terrorismo, a par da instrução militar aos soldados nativos, ensinava-se o português.

Hoje, a assistência educativa, como forma de promoção social, é realizada por muitas unidades que sabem residir nesse procedimento um dos processos mais válidos de conseguir a adesão das populações.

A propósito do debate realizado na Assembleia Nacional o Prof. Doutor Herculano de Carvalho publicou no «Diário de Notícias» dois artigos sobre a experiência, realizada em Nampula, de ensino de português a soldados macuas, utilizando os mais modernos métodos de ensino em circuito fechado de televisão e outros meios audio-visuais.

A etnia macua tem cerca de 2 200 000 indivíduos, está toda concentrada em território nacional, e tem manifestado tradicionalmente, fidelidade a Portugal. Estas foram as razões principais que ditaram a sua escolha para a primeira experiência.

Por se considerar este assunto de muito interesse e ainda porque, desde sempre, o Exército teve as mesmas preocupações manifestadas pelos nossos deputados, transcrevem-se a seguir os referidos artigos.

O Exército e a difusão da Língua Portuguesa

José Gonçalo Herculano de Carvalho

UMA EXPERIÊNCIA PROMETEDORA

Os ainda recentes debates na Assembleia Nacional sobre a difusão da Língua Portuguesa em África e sobre a Defesa do Idioma Nacional tornam oportuno e quase forçoso informar o público acerca de um apaixonante programa cuja primeira fase de execução, ainda experimental, se iniciou em Setembro passado em Nampula e terminou há dias. Ideado pelo Exército, que para isso entrou em comunicação com o Ministério da Educação Nacional, fui eu designado para lhe dar execução, com a assistência técnica do Instituto de Meios Audio-Visuais de Ensino (IMAVE).

Posto em contacto directo com o Ex.mo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Luís Maria da Câmara Pina, homem de excepcional clarividência e extraordinário sentido das realidades, fui informado do que se pretendia: a organização de um curso de Português, pelo qual, utilizando-se as modernas técnicas de ensino, fosse possível transmitir no ritmo acelerado que essas técnicas permitem, os conhecimentos essenciais da nossa língua aos soldados portugueses das Províncias Ultramarinas, dos quais tantos e tantos, sobretudo em Moçambique, de todo ignoram ou mal conhecem o idioma que, sendo o da sua Pátria, é seu também. Desde esse momento ficou acordado que a empresa se iniciaria em Nampula, tendo como objectivo imediato desse ensino, a ministrar pelas Escolas Regimentais, o grupo étnico dos Macuas. Várias foram as razões desta acertadíssima escolha do General Câmara Pina: 1.º — o facto de naquela cidade se encontrar, além do Quartel General da Região Militar de Moçambique, o Centro de Instrução de Infantaria com as suas Escolas Regimentais, reunindo as melhores condições para a experiência naquelas terras portuguesas da África Oriental; 2.º — a circunstância de a etnia ou complexo étnico macua-lómuè ser o mais numeroso das Províncias Ultramarinas (cerca de 2 200 000 almas); de se encontrar todo em território português, em contraste com a maioria das outras que se estendem em maior ou menor parte para território estrangeiro; de se ter mantido totalmente impenetrável à subversão; e finalmente por cons-

tituir, não obstante numerosas variedades dialectais, uma unidade linguística relativamente homogénea, apresentando assim condição altamente favorável à elaboração de um método segundo os princípios da gramática contrastiva.

Esse primeiro encontro deu-se em Dezembro de 67. Poucos dias depois, tive a honra de apresentar ao General Câmara Pina o primeiro projecto provisório, onde propunha já em grandes linhas o plano do curso e dos meios áudio-visuais a utilizar e indicava os nomes de dois professores do ensino liceal que eu entendia capazes de colaborar comigo na elaboração do método.

Segundo o projecto, o curso constaria de cerca de 50 lições, que seriam registadas em fita vídeo-magnética, para serem reproduzidas através de um aparelho de televisão, na presença de um professor ou monitor o qual, terminada em cada aula a emissão do programa, encaminharia «os alunos na realização dos exercícios, também programados e ligados ao mesmo».

Após isto, dois problemas imediatos urgia resolver: o do financiamento do projecto-experiência e o da obtenção dos dois colaboradores pedidos. O terceiro, isto é, o da assistência técnica indispensável, estava desde o início resolvido, garantida como se encontrava essa assistência pelo IMAVE.

A despesa inicial exigida pelo lançamento de um curso desta natureza, tornando-se cada vez menor à medida que, uma vez pronto, se vai difundindo, é considerável. Mas tanto essa como a segunda dificuldade, em virtude da pertinácia do General Câmara Pina e da boa vontade e espírito de compreensão dos então Ministros da Educação Nacional e do Exército, Prof. Galvão Teles e Coronel Joaquim Luz Cunha, foram por fim vencidas. O financiamento ficou garantido em parte por uma verba especial do Ministério do Exército, em parte pelas próprias dotações do IMAVE. Aos professores pedidos para meus colaboradores, concederam-se igualmente as condições necessárias para o trabalho pedido: a Dr.^a Maria Alice Nobre de Gouveia, encontrando-se já em Coimbra, onde é Professora Metodóloga de Português no Liceu Normal de D. João III, pela mera prestação de serviços ao IMAVE, ao Licenciado Albano Dias da Costa, então Professor eventual no Liceu de Leiria, pela colocação em Coimbra, através de despacho ministerial, em comissão de serviço do mesmo Instituto.

Deste modo, começando apenas em Junho o trabalho de redacção mas trabalhando a um ritmo vertiginoso, a pequena equipa reunida em Coimbra, com uma dedicação e um espírito de sacrifício verdadeiramente notáveis, elaborou sob a minha direcção o que viriam a ser as 52 lições do curso de Português para soldados macuas do Centro de Instrução de Infantaria de Nampula, a iniciar em Agosto com o começo da 2.^a Escola de Recrutas.

Entretanto, devidamente amadurecido, o projecto inicial havia-se transformado num novo plano, mais pormenorizado e concreto, referido agora especificamente à primeira fase da experiência e adaptado a novas circunstâncias. Uma delas era a impossibilidade de obter a tempo a aparelhagem vídeo-magnética necessária, levando a renunciar ao uso da televisão para as primeiras 25 lições.

Nesse plano, datado de 27 de Junho de 1968, traçava o autor destas linhas as características do Método já em plena elaboração, propunha as medidas necessárias para o lançamento do curso, enumerava o equipamento que seria preciso adquirir para ele e esboçava as linhas gerais do desenvolvimento posterior do projecto. Creio que é o primeiro ponto que mais particularmente interessa levar ao conhecimento público. As três fundamentais podem reduzir-se as características a que esse ponto se refere:

1.º — «Destinado a soldados indígenas», diz-se no plano, «que não conhecem o português, o Método agora em elaboração constituirá uma iniciação de primeiro grau à nossa língua: Sendo de esperar que esses alunos sejam 100% (ou quase!)

analfabetos na sua própria língua materna, este primeiro grau terá de ser exclusivamente audio-oral, visto que, tratando-se de adultos aprendendo uma língua totalmente nova, a falta de hábitos de leitura na sua própria língua materna constitui um **handicap** para a aquisição desses hábitos num idioma que ainda não sabem falar. O ensino da leitura e da escrita ficará pois reservado para o segundo grau da iniciação».

2.º — Como já se anunciava no projecto inicial, procurar-se-ia transmitir através do **Método**, «as estruturas fónicas, gramaticais e léxicas fundamentais do Português corrente». Constará de 50 lições «que depois resultaram de facto em 52», compostas de duas partes: a primeira de texto, a segunda de exercícios. Nas primeiras 25, o texto, apresentado sempre sob a forma de diálogo entre duas ou mais personagens (soldados macuas, os seus instrutores, o professor), seria registado em fita magnetofónica e ilustrado por uma série de desenhos em filmes de projecção fixa (diafilmes, «film strips»). Os exercícios, registados na mesma fita, teriam como ilustração, da parte do professor-monitor, sempre que possível, a mímica, o gesto, objectos reais, mas também os já consagrados desenhos para o quadro de feltro.

3.º — Se o objecto imediato desse curso era evidentemente o ensino da língua, outros objectivos poderiam e deveriam alcançar-se conjuntamente. Assim se diz no plano de 27 de Junho: «Além da finalidade imediata da transmissão da nova língua, pretende-se que o curso e o **Método** nele aplicado contribuam de modo positivo para a integração social dos alunos soldados, evitando ou atenuando os possíveis riscos de choque emocional, ligados por vezes com a mudança do indivíduo do seu meio cultural para outro acentuadamente diferente.

Caminhando portanto do conhecido para o desconhecido, do mais para o menos conhecido, do imediatamente observável para o mediamente evocável ou cognoscível, os **centros de interesse** do léxico a ensinar tomarão tanto quanto possível como ponto de partida os objectos, ideias e costumes que lhes são familiares, como parte da cultura em que se criaram, aproveitando o que neles haja de valores humanos permanentes. Simultaneamente, essas lições de língua vão servir de instrumento de integração do aluno no âmbito social do Exército e no âmbito social, mais amplo, da Nação Portuguesa; criando nele, sem o violentar, uma nova mentalidade, portuguesa e cristã, levando-o a sentir-se português, conseguir-se-á, **imediatamente**, que ele se sinta à vontade no meio em que se encontra pela primeira vez, e que compreenda, senão logo a **razão**, pelo menos, **que há uma razão** por que se bate; e, **mediatamente**, que ele venha, gradualmente, a considerar-se como um membro de igual valor **de uma grande comunidade, portuguesa**, a que pertence com o mesmo direito que um natural de Lisboa ou da mais remota aldeia transmontana».

A citação foi longa mas creio que não foi despropositada.

Posto neste termos, o plano foi executado tão fielmente quanto possível, vencendo enormes dificuldades, removendo obstáculos — aceitando as humanas limitações e até, renunciando, provisoriamente, à execução de algum dos pontos planeados. O curso experimental — com uma turma piloto de entre 25 a 30 alunos —, deveria iniciar-se em coincidência com o princípio da 2.ª Escola de Recrutas em 26 de Agosto. Havia para isso duas razões: a 1.ª) dispor assim de tempo suficiente para levar até ao fim o curso sem interrupções; a 2.ª) tomar os alunos soldados desde a sua entrada no quartel, antes de terem sofrido «o choque inibitório resultante da sua transferência brusca para um meio cultural e linguístico muito diverso de aquele de onde provinham», — ou de começarem a sentir mais nitidamente os seus efeitos —, e antes também de terem começado a adquirir, nas Escolas Regimentais e no convívio

com os seus camaradas, «algum conhecimento da língua portuguesa e, com ele, uma colecção de hábitos (embora incipientes), com os vícios, os defeitos, os erros inerentes a toda a aprendizagem mas que a metodologia usada no curso procura evitar» (*).

Infelizmente, circunstâncias imprevisíveis obrigaram a retardar por um mês a data do curso. Em 14 de Setembro partia eu rumo a Nampula para uma estadia de três semanas, durante as quais haveria que instalar o material didáctico, instruir o professor na nova metodologia e orientar as duas primeiras semanas de aulas! Não vale a pena pormenorizar o que foram essas três semanas de intenso mas estimulante trabalho, basta dizer que ao abandonar a acolhedora cidade-jardim, capital do distrito de Moçambique, mercê da boa vontade sem limites, do espírito de compreensão e do entusiasmo que a feliz iniciativa do General Câmara Pina encontrou quer no Quartel-General, quer no Centro de Instrução de Infantaria, o curso estava em pleno funcionamento — e os frutos já começavam a ver-se. Planeado o horário das 25 primeiras lições, — com cinco aulas por semana —, em cada três aulas aplicava-se uma à revisão da matéria de duas lições. Numa quarta-feira, 2 de Outubro, houve a primeira dessas aulas de revisão das 5.ª e 6.ª lições (já que as primeiras quatro — destinadas à mera sensibilização auditiva dos alunos — nada tinham para rever): e os resultados foram surpreendentes. Estava-se no início: não se pedia ainda aos alunos, — 26, escolhidos propositadamente entre aqueles que não falavam nem compreendiam o português —, não se lhes pedia senão que repetissem quer as perguntas quer as respostas depois de as terem ouvido ao professor. Mas era vê-los antecipar-se a este, procurando responder às perguntas sem esperar que ele formulasse primeiramente as respostas!

Confiado à dedicadíssima supervisão de um distinto oficial da Secção de Acção Psicológica, o Major Rui de Freitas Lopes, na qualidade de Director, e à competência, animada por um novo entusiasmo, — o da descoberta de um método tão rico de promessas, — do Professor, o Tenente Miliciano Pedro Neves, Director das Escolas do C. I. I. N., o curso prosseguiu sem acidentes até à conclusão da primeira parte, na primeira quinzena de Novembro. Como ainda então não tivessem chegado os materiais para a segunda parte, tendo entrado de licença o professor, o próprio Director do curso resolveu continuar com aulas diárias, a fim de, como me anunciou em carta, «não causar uma quebra prejudicial no ritmo do ensino». O primeiro objectivo que se procurava alcançar junto dos alunos, — isto é, o de os levar à compreensão da palavra falada, — estava já atingido. Transcrevo do relatório enviado em 10 de Novembro pelo Major Freitas Lopes: «A partir da 3.ª semana (do curso) a evolução tornou-se mais evidente. Progressivamente, o intérprete foi-se tornando desnecessário, a participação directa dos desenhos, em português, sem a habitual explicação prévia destes desenhos feita em língua macua pelo intérprete». E mais adiante: «No termo desta 1.ª Fase do Curso (isto é, ao cabo de sete semanas de aulas), apenas um ou dois alunos (de entre os 26 da turma-piloto) experimentava dificuldades maiores de compreensão da nossa língua, muito embora continuasse a haver dificuldade mais ou menos generalizada de expressão em português, como era inevitável».

Com a execução da segunda parte do plano as coisas correram menos bem: com efeito, estando já concluída a redacção do texto (o das 27 lições restantes), dificuldades técnicas insuperáveis e o atraso no fornecimento do aparelho videnscópico determinaram que os materiais chegassem a Nampula apenas nas vésperas

(*) Do relatório que apresentei no regresso de Nampula.

de Natal e que, por motivo das férias, a primeira aula só viesse a dar-se em 7 de Janeiro, quando a Escola terminaria, como terminou, dias depois. Assim a experiência ficou truncada.

Mas vai recomeçar, enquanto na Metrópole, utilizando os ensinamentos colhidos durante a ministração da primeira parte do curso e reflectindo também com mais tempo sobre o que está feito e o que cumpre fazer, todo o texto está a ser sujeito a minuciosa revisão, em vista de uma segunda redacção, menos imperfeita que, não podendo considerar-se definitiva (porque definitiva não é nenhuma obra humana), seja mais apta a desempenhar o seu papel e permita estender a sua aplicação a um número cada vez maior de alunos, primeiro ainda em Nampula, depois noutras unidades; primeiro dentro da etnia macua-lómuè, para a qual foi por enquanto concebida, depois, com as adaptações necessárias, entre outras etnias da Província de Moçambique.

Foi só, por enquanto, uma experiência: mas uma experiência da qual se podem legitimamente esperar abundantes frutos num futuro que não virá muito longe. Para isso é indispensável porém que se acarinhe, que se sustente esta louvável, oportuníssima iniciativa do Exército Português, e sobretudo **que se criem as necessárias condições para a sua continuidade e a sua rápida difusão.**

A minha estadia de três semanas, bem cheias, em Nampula serviu pois para o lançamento experimental do curso. Mas serviu para mais: ela foi **também** para mim uma profunda, inolvidável **experiência**, rica em lições. Na convivência diária e constante, íntima e cordial, com a «tropa» (na expressão comum e familiar que compreende desde o oficial general à praça mais humilde) eu aprendi, **vivendo**, o que já antes sabia de um saber menos rico porque meramente (ou quase meramente) intelectual ou teórico: a obra extraordinária que nas terras portuguesas de África está a ser realizada pelo Exército Português que, sacrificado, mal pago, queixoso embora por vezes de injustiças e incompreensões, dia a dia trabalha com devoção e decisão, «combatendo com energia, com absoluta determinação, mas sem ódio» (nas justíssimas palavras do General Câmara Pina), num combate que é **de guerra autêntica e dura, e sangrenta porque tem de o ser**, mas ao mesmo tempo é **de paz**, na medida em que vai conquistando, sem violência mas **com humana compreensão**, o coração das populações, aplanando os desníveis raciais, promovendo o entendimento entre todos os portugueses, enfim — fazendo **Portugalidade** que é, não pode deixar de ser, **Cristandade**.

Não ficou por aqui a lição. Quando cheguei à cidade-jardim, ia bem convicto da importância da missão que me fora confiada, mas posso dizer sem exagero que foi ali, nessa convivência com os homens do Exército, que as minhas anteriores experiências africanas adquiriram um sentido mais profundo e que mais profundamente senti que, humílima embora nos seus começos, era de **transcendente importância** a experiência que ali estava a realizar. Não só compreendi mas **vivi**, isto é, conheci não apenas com a inteligência mas com todo o meu ser, que a vitória na guerra que se trava nas terras portuguesas de além-mar se terá de conquistar atrás das «frentes de batalha» — precisamente porque essa é **uma guerra sem frentes**; e que **a conquista das populações para a língua portuguesa é essencial, imprescindível, condição para a vitória final**. Nesses dias eu **vivi** verdades que antes só sabia: Que enquanto não assegurarmos a cada um dos indivíduos que têm o nome de portugueses as condições que lhes permitam desenvolver em plenitude, corporal e espiritualmente, as suas potencialidades humanas, as suas virtualidades de pessoa, — ser inteligente e livre —, e viver portanto uma vida digna de Homem, seremos talvez uma Nação, mas uma Nação imperfeita. **Mas que enquanto não conseguirmos que cada um desses**

indivíduos fale português, pense em português, e pense como português, nem sequer seremos uma Nação. A palavra do Poeta — «falta cumprir-se Portugal» — diz entre outras coisas, isto mesmo.

É a esta tarefa — a de cumprir Portugal, a de trabalhar ardorosamente no cumprimento da Nação em devir que nós somos — é a essa tarefa que todos temos o dever imperioso de nos dedicarmos; a que ninguém, quaisquer que sejam o seu lugar e as suas capacidades, tem o direito de se furtar, escudando-se por detrás da fácil e cómoda satisfação de que «para nos defender, lá está o Exército» e que... «o resto virá com o tempo». Ora este **resto** é o essencial e que **não virá com o tempo**, se não for o esforço dos homens em **lutar contra o tempo**.

4 – Ensino Intensivo do Português no Centro de Instrução de Infantaria de Nampula – Relatório de Missão realizado em Setembro-Outubro de 1968 do Professor Doutor José Herculano de Carvalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
INSTITUTO DE MEIOS ÁUDIO-VISUAIS DE ENSINO

ENSINO INTENSIVO DO PORTUGUÊS
NO
CENTRO DE INSTRUÇÃO DE INFANTARIA DE NAMPULA

Relatório da Missão realizada em Setembro - Outubro de 1968 por

José Gonçalo Herculano de Carvalho, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Director do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, anexo à mesma Faculdade; em comissão parcial de serviço no I.M.A.V.E.

INÍCIO DA MISSÃO

1. Tendo chegado a Nampula no Domingo dia 15 de Setembro (com um atraso de três semanas sobre a data prevista), iniciei os trabalhos preparatórios do curso no dia seguinte. Afecto esse curso à 3.ª Repartição do Q.G. da 1.ª R.M. de Moçambique e funcionando no Centro de Instrução, a ele prestaram e prestam preciosa colaboração não só o Serviço de Acção Psicológica como também o Destacamento de Fotografia e Cinema. Para ele foram especificamente nomeados o Major Rui de Freitas Lopes, da Acção Psicológica, como Director, o Alferes Miliciano Pedro Almiro Neves, Director das Escolas Regimentais do C.I.I.N., como professor, e o Furriel Miliciano Agostinho Ferreira Évora, ama- nuense das mesmas Escolas, como monitor. Foi-lhe além disso adjunto, na qualidade de intérprete, o Cabo da 1.ª Comp.ª Joaquim Valentim dos Santos.

SEMANA PREPARATÓRIA

2. A primeira semana, de 16 a 20, foi dedicada exclusivamente à ins- trução do professor, e à instalação do material didáctico. A sala, relativamente espaçosa, encontrava-se já equipada com carteiras e quadro preto. Daquelas reti- raram-se algumas, ficando apenas três filas de quatro, suficientes para 24 alu- nos, número máximo que se considera conveniente para o bom funcionamento da ex- periência. Revestido o chão de ladrilho plástico, para atenuar um pouco a rever- beração acústica, fixou-se o flanelógrafo na parede e dispuseram-se nos lugares mais apropriados o diaprojector e respectivo ecran, e o magnetofone, a que pos- teriormente se acoplou, para melhor qualidade de som, um altifalante suplementar,

RUA FLORBELA ESPANCA LISBOA-5 - PORTUGAL

MOB. 1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

INSTITUTO DE MEIOS ÁUDIO-VISUAIS DE ENSINO

- 2 -

amavelmente emprestado pelo Destacamento de Fotografia e Cinema. A falta de penha ou outros suportes apropriados, utilizaram-se para este fim mesas cedidas pelas repartições do Centro de Instrução, entre as quais se escolheram as de dimensões (sobretudo altura) mais adequadas. O material constituído pelas fitas magnéticas e os diafilmes foi acomodado, "tant bien que mal", na gaveta de uma das mesas utilizadas⁶ num pequeno armário das Escolas Regimentais, parcialmente ocupado por material didáctico das mesmas. Todos estes preparativos, que noutras circunstâncias não exigiriam mais do que um ou dois dias, foram aqui tornados mais morosos pelo facto de as Escolas Regimentais não estarem evidentemente aparelhadas para esta finalidade e pela consequente necessidade de improvisar soluções com poucos recursos. As maiores dificuldades foram porém satisfatoriamente vencidas graças à boa vontade e ao espírito de colaboração de todos, entre os quais, neste caso, em particular, o comandante do C.I.I.N. Capitão Rogério Vale de Andrade, de tal modo que esses preparativos se encontraram concluídos dentro do prazo inicialmente previsto e que já na sexta-feira 20 foi possível realizar a aula de treino adiante referida.

A INSTRUÇÃO DO PROFESSOR

3. A mesma semana antecedente ao início do curso foi dedicada igualmente à instrução e adestramento do professor, prosseguida evidentemente nas duas semanas seguintes, já com o funcionamento das aulas. Professor primário na vida civil, o Alf. Mil. Pedro Neves não possuía qualquer experiência das técnicas áudio-visuais e dos princípios e métodos do ensino de línguas segundas, que nunca tinha praticado. (Por língua segunda entende-se uma língua não materna, quer ela seja estrangeira - como é para nós o francês ou o inglês - quer não - como o não é o português para um cidadão português de língua macua ou outra qualquer.) O conhecimento, embora muito genérico e elementar, desses princípios de teoria e de didáctica, e o uso dessas técnicas e métodos foram portanto a dificuldade dessa instrução. Um dos princípios didácticos essenciais que foi preciso inculcar-lhe foi o da absoluta necessidade de uma cuidadosa programação antecipada de cada lição, que, para que resulte, não pode estar entregue à improvisação do momento, mas deve obedecer a um esquema, não rígido mas disciplinador, temperado pela imaginação e pela capacidade de adaptação às circunstâncias concretas criadas sobretudo pelo modo de comportamento dos alunos. Com o professor se elaboraram os planos de cada uma das dez aulas dadas nessas semanas (das quais se juntam duas para exemplo: anexo 1) e se percorreram todas as

RUA FLORBELA ESPANCA LISBOA-5 - PORTUGAL

lições da primeira série, discutindo-se a sua execução, as dificuldades que esta eventualmente poderia suscitar, e a respectiva solução, assim como as alterações de pormenor que neste ou naquele ponto seriam aconselháveis no texto do método.

No final da semana preparatória fez-se, já com a mesma finalidade de treino, uma aula de ensaio, em que se utilizou a lição n.º 20, com alunos que frequentavam a 2.ª classe das Escolas Regimentais. A essa aula assistiu -além do Director do Curso - o Major José Luís Ferreira da Cunha, Chefe dos Serviços da Acção Psicológica. Não obstante as naturais hesitações e incertezas de um principiante, o ensaio decorreu satisfatoriamente.

AS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS DE AULA

4. De acordo com o plano previamente estabelecido e o horário que, com os condicionalismos impostos pelas circunstâncias, aí se elaborou (v. anexo n.º 2), deram-se, nas duas semanas de 23 a 27 de Setembro e de 30 de Setembro a 4 de Outubro, 10 aulas correspondentes às 9 primeiras lições da 1.ª série, compreendendo nessas uma aula de revisão das 5.ª e 6.ª lições no dia 2 de Outubro. Uma das restrições que se impuseram foi a de dar apenas 5 aulas diárias semanais, contra as 6 previstas, em virtude de a Instrução Militar não permitir utilizar as manhãs e de a tarde de sábado ser de descanso geral.

A primeira aula foi introduzida por uma breve palestra de motivação, pelo intérprete, segundo o plano que consta do doc. anexo n.º 1, destinada a despertar ou a aumentar nos alunos o interesse pela aprendizagem da língua portuguesa.

COMPORTAMENTO DOS ALUNOS

5. O comportamento e as reacções dos alunos, constituindo uma prova fundamental da qualidade do texto e dos meios visuais que o completam, foi, juntamente com a preparação do professor, o segundo dos objectos essenciais da observação do relator. Ela forneceu, entre outras informações úteis para o aperfeiçoamento e para a difusão do método, dados sobre:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
INSTITUTO DE MEIOS ÁUDIO-VISUAIS DE ENSINO

- 4 -

a) o interesse dos alunos - A sua atenção e a sua participação activa revelaram-se bem cedo, já que a partir da 2.ª e da 3.ª aulas - na fase de mera sensibilização auditiva, em que só se lhes pedia que escutassem com atenção - muitos deles e talvez a maioria começaram a repetir as frases ouvidas e até a responder a perguntas, mexendo os lábios ou em voz baixa. Assim na 8.ª aula, de 4.ª feira 2 de Outubro, em que se fez a revisão das lições 5 e 6, a capacidade de compreensão e de participação activa dos alunos, o seu zelo em responder às perguntas do professor, mesmo sem esperar pelo modelo que nesta fase se lhes pedia apenas para reproduzir, constituíram, não uma surpresa total, mas apesar de tudo uma consoladora e estimulante experiência para todos os que a viveram.

b) as dificuldades dos mesmos - Destas dificuldades, na assimilação das estruturas fónicas e gramaticais, se falará no n.º 6.7.

A fim de bem aproveitar destas reacções para aperfeiçoamento futuro, competirá antes de mais ao professor anotá-las cuidadosamente no decorrer do curso. O registo sonoro das aulas, que inicialmente se previa, revelou-se inexecutável por falta quer de condições acústicas da sala, quer de aparelhagem conveniente (da qual deveria fazer parte um misturador, de custo demasiado elevado). Assim nos resignámos, neste particular, a gravar apenas a actuação de alguns alunos, chamados a responder directamente diante do microfone.

DIFICULDADES E DEFICIÊNCIAS ENCONTRADAS

6. A instalação e utilização do material didáctico, a aplicação do texto elaborado e a própria reacção dos alunos revelaram, nas aulas a que assisti, dificuldades e deficiências, umas já previstas, outras, quando muito, apenas previsíveis, que se procurará eliminar ou obviar nas fases ulteriores da experiência. Enumerarei algumas dessas dificuldades e deficiências:

6.1 - As condições acústicas da sala onde se ministra o curso deixa bastante a desejar. Primeiro, internamente, por possuir grande ressonância, que dificulta a percepção dos textos registados. Segundo, externamente, porque, não tendo o isolamento sonoro apropriado, todos os ruídos exteriores se fazem aí sentir, perturbando também a audição e distraindo

RUA FLORBELA ESPANCA LISBOA-5 - PORTUGAL

quer os alunos quer o professor. Ao primeiro óbice procurou remediar-se, revestindo o chão de azulejo plástico, com o que se atenuou algum tanto a reverberação. Os cortinados que o Comandante do CIIN se propõe colocar contribuirão evidentemente também para isso, mas não corrigirão inteiramente a deficiência.

Quanto ao segundo óbice, o mesmo Comandante pôs toda a sua boa vontade em impedir a passagem de gente e de viaturas junto da escola, durante o funcionamento da aula diária, mas era-lhe naturalmente impossível evitá-lo de todo, embora tenha conseguido que esses ruídos do exterior tivessem diminuído consideravelmente. Ambos os inconvenientes deverão ser, tanto quanto possível, eliminados para a próxima fase da experiência, para lhe criar as condições óptimas (não idealmente, mas dentro das circunstâncias e das limitações reais), que lhe são necessárias enquanto experiência na turma e depois nas turmas-piloto do CIIN, que deverão servir também de modelo aos outros centros de ensaio que se virão futuramente a criar.

6.2 - Quanto à aparelhagem utilizada, quer-me parecer que seria conveniente substituir o magnetofone e sobretudo o sistema de projecção de diafilme. O magnetofone ali em uso é do tipo portátil de amador, que não garante uma suficiente fidelidade na reprodução. Por outro lado, a projecção dos diafilmes em ecran translúcido, em frente do projector (entre este e os alunos) exige muito espaço e não permite suficiente mobilidade, tanto do aparelho como do professor. O sistema Kodak, que permite a projecção em qualquer parede, na porta ou até no quadro preto, parece-me que teria alguma vantagem sobre a que se adoptou.

É certo que, devendo, na 2.ª fase, utilizar-se o videoscópio, magnetofone e diaprojector parece tornarem-se inúteis, mas é necessário pensar no apetrechamento de outras salas, que não as das turmas-piloto do CIIN, em que não é possível tão cedo o uso do videoscópio.

6.3 - A locução dos registos magnetofónicos não é igualmente boa para todos os locutores. Um deles (o que em geral desempenha o papel do professor) apresenta deficiências quer de dicção quer de entoação que o tornam desaconselhável para a finalidade em vista. A dos restantes, em particular a de José Nunes Martins, embora não seja sempre inpecável, pode considerar-se boa e é facilmente corrigível nos pontos em que merece algum reparo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
INSTITUTO DE MEIOS ÁUDIO-VISUAIS DE ENSINO

- 6 -

6.4 - Os diafilmes constituem a deficiência mais grave de todo o curso. Com efeito as figuras têm aí um carácter excessivamente caricatural - que já de si as torna pedagogicamente desaconselháveis -, e são por outro lado confusas: em "backgrounds" que, em vez de as fazer destacar as absorvem, o essencial, didáctico, foi nelas prejudicado por uma preocupação artística, que não permitiu pôr claramente em relevo os traços, os gestos, etc., que verdadeiramente importavam à sua função. Além disso, e em parte pelo mesmo motivo, dentro de cada série correspondente a uma lição, elas não são, por vezes, suficientemente diferenciadas umas das outras, de tal modo que, pretendendo representar atitudes e gestos diversos das personagens, a custo se percebem nelas essas diferenças. É bem certo que estes desenhos tiveram de ser executados num tempo record, o que em grande parte explica esses defeitos, mas didacticamente (não digo artisticamente) os mesmos são inteiramente inadequados.

6.5 - Os desenhos para o flanelógrafo são muitas vezes adequados. Há no entanto alguns que não satisfazem e, por outro lado, não são em número suficiente.

6.6 - As deficiências do texto são essencialmente de três ordens:
1) A conexão entre os diálogos deve ser mais acentuada - constituindo-se com elas, tanto quanto possível, uma sequência homogénea, intuitivamente una. Essa conexão existe, mas, repito, deve acentuar-se na 2.ª redacção. 2) Alguns exercícios são talvez longos demais. 3) A relação destes com o diálogo inicial de cada lição e portanto a sua motivação deixa por vezes a desejar.

6.7 - As dificuldades que os alunos iriam encontrar na assimilação da nova língua foram antecipadamente previstos, através do estudo do sistema do seu próprio idioma, tendo-se redigido o método justamente em função dessas dificuldades. Tal previsão revelou-se exacta em todos os pontos abrangidos pelas 9 primeiras lições, - distinção entre ô e ó (avô/avó), ê e é (sêlo/sélo), flexão do número (mão/mãos), etc. -, com excepção de um, - a distinção ei/ai (ceia/saia), que os alunos realizaram sem aparente dificuldade. Maior resistência que se esperava, apresentou porém a realização da oposição p/b (pala/bala), objecto do 1.º exercício da 7.ª lição.

RUA FLORBELA ESPANCA LISBOA-5 - PORTUGAL

RESULTADOS PREVISÍVEIS

7. Não é naturalmente ao fim de ^{apenas} 10 dias de um total de cerca de 80 aulas que é possível formular uma previsão dos resultados do curso agora experimentado, a não ser a título muito provisório. Entretanto, a experiência já adquirida na utilização dos meios áudio-visuais no ensino das línguas permite esperar um resultado francamente positivo, não obstante as deficiências do "Método" aqui concretamente aplicado. Para julgar da sua qualidade e portanto da sua eficiência, haverá, porém, naturalmente que esperar pelo seu termo, sendo então ainda necessário ter em conta, para uma apreciação mais exacta do resultado concretamente obtido, os diversos "handicaps" que afectaram previamente a elaboração e a execução do curso, afim de retirar dele a informação necessária para correcção e aperfeiçoamento futuros:

- a) A escassez do tempo de que se dispôs na elaboração;
- b) A falta de preparação do professor quanta às técnicas áudio-visuais e até mesmo a qualquer método de ensino de línguas segundas;
- c) O atraso que se verificou no início da experiência.

Quanto a este último facto, convém ter presente que, tendo a segunda Escola de recrutas de 1968, a que pertencem os alunos deste curso, começado em 26 de Agosto, tinham decorrido nada menos de 4 semanas quando se deu princípio ao curso experimental em causa, lapso de tempo durante o qual esses alunos frequentaram, como os outros do mesmo grau, as Escolas Regimentais, "aprendendo" aí o português pelos métodos convencionais, com a iniciação imediata na leitura e na escrita. Destas circunstâncias decorre evidentemente que tais alunos foram "apanhados" pela experiência 1.ª) quando já tinham sofrido, em todo o seu impacto, o choque inibitório que inevitavelmente resultava da sua transferência brusca para um meio cultural e linguístico muito diverso de aquele de onde provinham, 2.ª) quando haviam também já adquirido, através de aquela forma de aprendizagem, algum conhecimento da língua portuguesa, e, com ele, uma colecção de hábitos (embora incipientes), com os vícios, os defeitos, os erros inerentes a toda a aprendizagem mas que a metodologia no curso procura evitar: erros, defeitos e vícios que agora, porque já são hábitos, exigirão a eles e ao professor um esforço suplementar para os desarraigar, substituindo-os pelos hábitos correctos (tanto quanto possível) da

compreensão e de comunicação.

O referido atraso de três semanas não invalida naturalmente a experiência, mas introduz na apreciação dos seus resultados um elemento de dúvida a que haverá que atender na apreciação da eficácia do curso na sua aplicação aos alunos para os quais foi concebido e a que de futuro se destina: adultos, analfabetos, desconhecedores 100% da língua ensinada.

O VALOR DA EXPERIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO

8. Não obstante esses "handicaps", não oferece dúvidas o valor da experiência que desde 23 de Setembro se está a realizar em Nampula. Dela se colherão a experiência e os ensinamentos que permitirão corrigir e aperfeiçoar o Método, aumentando a sua eficiência, tornando-o apto para o papel que deve vir a desempenhar, não apenas na elevação cultural dos povos autóctones de Moçambique e na sua integração nacional, mas na própria luta que aí travamos contra a subversão que tem ameaçado e posto em perigo a paz, a segurança, as próprias vidas de todos, pretos e brancos, que aí vivem e trabalham, e, no fim, todos os legítimos interesses, espirituais e materiais da própria Nação.

Com efeito, não é de pequena mas antes de transcendente importância, a contribuição que para o êxito dessa luta pode dar este empreendimento, iniciado com tão modestas proporções e com não pequenos obstáculos e dificuldades, uma vez que ultrapasse e ultrapassará em breve, se Deus quiser - a fase experimental e se expanda à escala provincial (pelo menos): ensinando todos os indivíduos das fracções ultramarinas de Portugal, não apenas a falar português, mas a pensar em português e, mais ainda, a pensar como portugueses, o curso estará colaborando decisivamente na conquista das populações, - a arma mais poderosa da luta anti-subversiva -, porque, mentalizando-as, as tornará imunes à propaganda do inimigo, retirando a este a própria massa dentro da qual realiza a subversão.

Para melhor alcançar esta finalidade, verificou o autor deste relatório a grande conveniência duma coordenação íntima com os Serviços de Acção Psicológica, cujos oficiais receberam o curso com o maior interesse e estão dispostos a dar-lhe todo o apoio e toda a colaboração. A esses serviços aliás pertence justamente o Major Freitas Lopes, designado, como já disse,

para dirigir e supervisionar a execução do curso.

PLANEJAMENTO DAS FASES FUTURAS

9. O período de permanência em Nampula, serviu-me também para recolher as informações necessárias para o planeamento da 2.^a fase da experiência, a executar já na 1.^a Escola de Recrutas de 1969 (com início em Fevereiro desse ano), e da sua maior expansão futura. Esse plano será objecto de uma exposição independente, a apresentar em tempo oportuno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
INSTITUTO DE MEIOS ÁUDIO-VISUAIS DE ENSINO

ESQUEMA DA 1ª. AULA
=====

- 11a-

ANEXO Nº. 1

- 1 - Palestra de Motivação feita pelo intérprete, com instruções sobre o modo de proceder dos alunos nas primeiras 4 aulas.
- 2 - Explicação breve, pelo menos, do sentido das imagens que se vão ver
- 3 - Projecção lenta sem som
- 4 - Projecção lenta com explicação de cada cena, feita de novo pelo intérprete.
- 5 - 1ª. Projecção com som
- 6 - 2ª. Projecção com som
- 7 - Projecção com o diálogo lido agora pelo professor e outro assistente.
- 8 - Verificação da compreensão das imagens e eventual nova explicação, feitas pelo intérprete.
- 9 - 3ª. Projecção ou mais com som

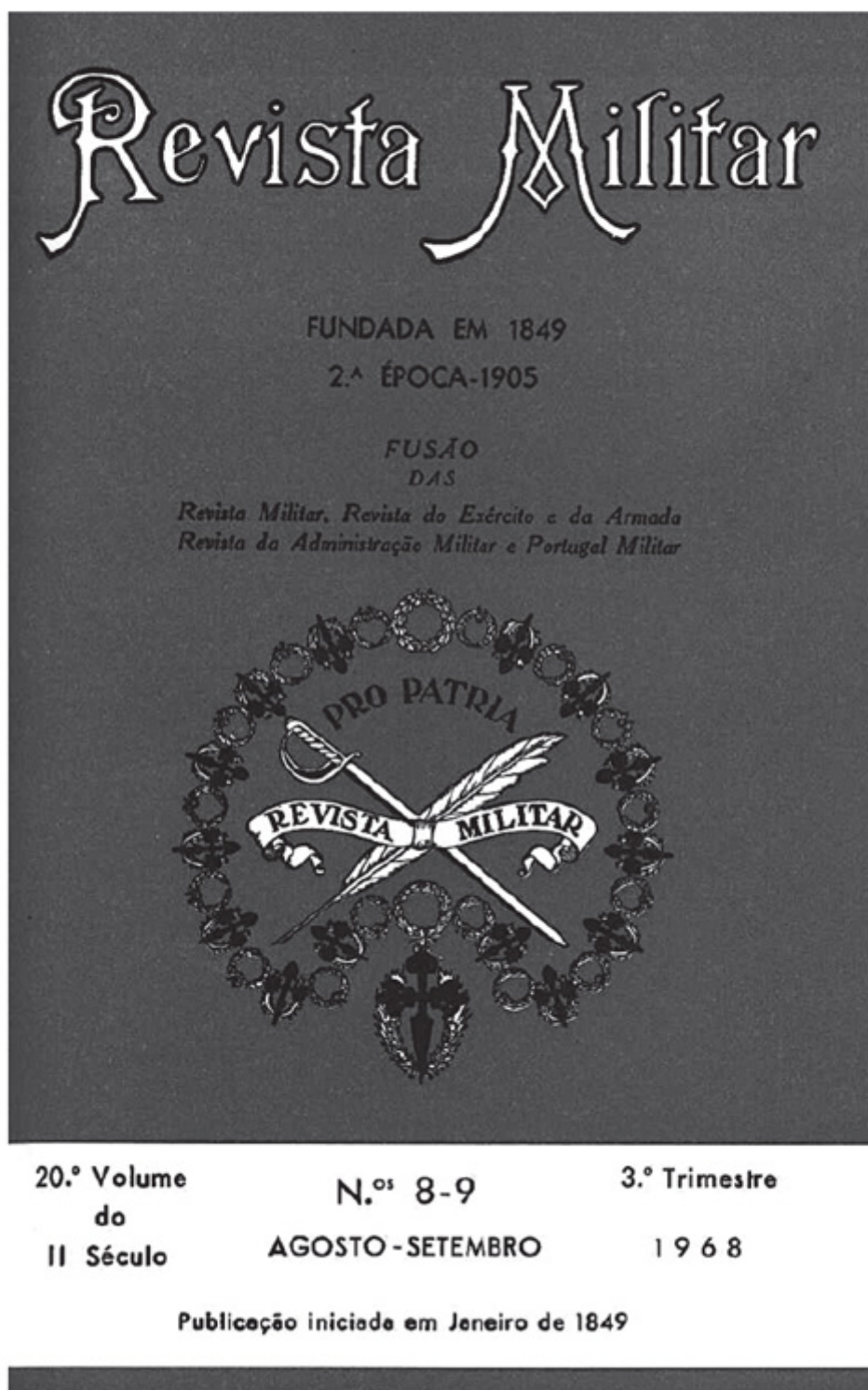
Tópicos da explicação a que se refere o nº. 2

Dois amigos encontram-se, cumprimentam-se e conversam.
Um vai para a aldeia, o outro vai caçar. Despedem-se.

Verificação a que se refere o nº. 8

O intérprete dirige-se à turma e pergunta "Compreenderam a história, compreenderam tudo?" Dirige-se a um individualmente: "Então conta lá a história". Explicação final ao seu critério.

- 5 – O Valor da Presença Militar na Difusão da Cultura Portuguesa em África – General Luis Maria da Câmara Pina (Revista Militar Nº 8-9 de Agosto-Setembro de 1968).



REVISTA MILITAR

N.ºs 8-9 | AGOSTO-SETEMBRO DE 1968 | II Século | Ano 20.º

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Direcção e Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa — Telef. 32 15 12

Composição e impressão na Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra
Rua João Pereira da Rosa, 18 — Lisboa

As doutrinas expostas são da responsabilidade dos seus autores. A Direcção agradece a colaboração nas normas tradicionais da «Revista Militar»

O VALOR DA PRESENÇA MILITAR NA DIFUSÃO DA CULTURA PORTUGUESA EM ÁFRICA

General

LUÍS MARIA DA CÂMARA PINA

A comunicação que tenho a honra de apresentar visa apenas a focar a influência dos militares na difusão da cultura em África — e no momento actual.

Portadores de cultura e receptores de cultura os militares são, vistos a esta luz, inestimáveis factores de coesão nacional.

Pretende-se tirar um instantâneo, dar só uma imagem. Não seria adequado passar agora o filme desta acção cultural — que aliás corre há séculos na Nação Portuguesa ao mesmo ritmo que por ela corre o sangue dos seus soldados.

N. R. — Comunicação apresentada à Academia Internacional da Cultura Portuguesa em sessão solene na Sociedade de Geografia, em 27 de Maio de 1968.

I

**CULTURA PORTUGUESA. CIVILIZAÇÃO
LUSO-BRASILEIRA**

Uma «comunicação», em termos académicos, pressupõe mais um diálogo do que uma informação.

Mal se pressentindo fluir nos dois sentidos a descrição e o comentário, o facto e a explicação, a dúvida e a sugestão, o diálogo prossegue sempre ao longo de toda a comunicação, vivo, inaudível mas real, porque o que nos importa a todos é focar um acontecimento, suscitar um contorno, encontrar um caminho, pôr em comum ideias e aspirações, manter actuante o saber, a fim de amanhã outros poderem corrigir, melhorar, enriquecer o nosso património de conhecimentos e até talvez dele arrancar novos estímulos para o seu trabalho.

O pensamento tem, porém, as suas leis. Exige disciplina severa, coerência na exposição, prudência na divagação — e mesmo o diálogo não nos isenta de formulações concretas.

Recordo que a pedagogia liberal britânica visava a treinar o espírito para responder a duas questões: que quer dizer?, «What do you mean?», como sabe?, «how do you know?».

A solicitação desta regra mental e a aceitação desta bipolaridade inquisitiva obrigam já a afrontar na minha comunicação a noção de cultura.

O que se quer aqui dizer com a palavra cultura, o que é a cultura?

Conta-se que um dia perguntaram a Santo Agostinho o que era o tempo e o Santo, um pouco perplexo, respondera: quando não me perguntam, eu sei...

Talvez que se passe o mesmo com a noção de cultura.

Tentemos, porém, uma análise muito sucinta e muito directa.

Para Lowie «a cultura é o conjunto das tradições sociais», mas para Ralph Linton, ambos os escritores citados

pelo Professor Jorge Dias na sua Antropologia Cultural, «a cultura é a herança social».

É de notar em Linton um conceito mais dinâmico do que em Lowie. De facto, a ideia de herança que cada um recebe em dado momento implica sucessão, transporte constante, fluxo contínuo de tradições sociais ao longo das idades.

O seu estudo, diacrónico, em oposição ao estudo de um conjunto sincrónico, é mais rico em perspectivas e permite observar o desenrolar das culturas, apreciar a sua capacidade de expansão, comparar.

Não há que formular juízos de valor mas existem evidentemente culturas mais dinâmicas do que outras — mesmo que não se admita a cultura como instrumento de poder: o dinamismo cultural é um facto cultural.

Claude Lévi-Strauss, grande antropólogo contemporâneo, aceita por seu turno a definição originária de Tylor em que se considera a cultura como «este todo complexo que inclui saber, crença, arte, moral, lei, costume, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade» — «that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society».

Desde já podemos avançar a ideia de que a cultura não é um dado natural, não existe inata no indivíduo, não é genética — a cultura é super-orgânica, é uma resultante da vida social.

E constitui uma das grandes diferenças entre o homem e o animal. O homem é um ser social, susceptível de cultura: por isso, o homem de hoje é um ser muito mais evoluído do que o homem de há 6000 anos mas o tigre de hoje é igual ao tigre de sempre — nada aprendeu.

Todavia, «o todo complexo» que para Lévi-Strauss é a cultura não se apresenta como uma associação simplesmente cumulativa — apresenta-se como uma estrutura.

É certo que os elementos culturais — linguagem, usos, costumes, música, dança, padrões de comportamento, técnicas — podem adquirir novas dimensões e o ambiente cultural adensar-se; novas capacidades ou hábitos serem adqui-

ridos pelo homem e a cultura alargar-se; a vida em sociedade aumentar o conjunto das tradições sociais — ou o que é o mesmo, aumentar a cultura: mas a tudo se chega em trajectória contínua.

Ora na transmissão da vida dão-se por vezes mutações — a Natureza também faz saltos.

E uma concepção estruturalista poderá ser então mais rica em interpretações e conhecimento dos fenómenos do que uma concepção atomística, naturalista — admitindo que à semelhança das estruturas lógico-matemáticas ou linguísticas é possível considerar estruturas deste tipo nos conjuntos sociais.

A Antropologia pretende conhecer o homem total a partir das suas produções, das suas representações, do sistema das suas relações sociais.

Será uma Antropologia de sentido cultural se a técnica e a geografia forem os instrumentos de estudo predominantes; será uma Antropologia de sentido sociológico se a psicologia e a história forem as correntes de influência principais.

No conceito do alemão Möhlman, citado pelo Professor Jorge Dias, a Antropologia Cultural é a «ciência das formas e dos processos diversos como os povos e os seus indivíduos são obrigados a orientar-se no sentido da expansão no espaço e no tempo, segundo o seu ambiente natural, social e cultural».

Transparece aqui inegavelmente a influência de um conceito geo-político, tão caro ao pensamento alemão do fim do século XIX — mas talvez, antropológicamente, demasiado coercivo.

Lévi-Strauss considera imprescindível uma Antropologia Estrutural para se abranger o fenómeno da cultura em toda a sua complexidade.

Ora, neste sentido, uma estrutura é um sistema fechado com três características essenciais: totalidade, transformações e auto-regulação.

Não há elementos independentes do todo — há o todo.

Não deverá imaginar-se uma estrutura como um mosaico ou uma constelação — há que a pensar em termos dinâmicos.

O sistema das relações sociais do homem no seu grupo, visto à luz do estruturalismo, é mais importante para a transmissão da cultura do que os próprios factos da relação social — quase como na Linguística a estrutura constituída pelas regras da sintaxe é mais importante do que as próprias palavras.

Uma estrutura é uma organização sistemática de regras — e onde há uma regra há uma cultura.

No estudo do homem como ser social não parece suficiente explicar a organização social a partir dos indivíduos — a pirâmide social assente pela base; nem mesmo a partir do grupo — a pirâmide social apoiada no vértice — numa concepção de «emergência» em que o todo explicaria o elemento, a humanidade explicaria o homem, a sociedade explicaria o indivíduo: a concepção estruturalista, embora talvez não aplicável na sua integralidade ao campo antropológico, sugere uma visão mais exacta do fenómeno social.

Poder-se-á talvez imaginar a estrutura cultural de um grupo social como uma série de espirais, cujos centros se movem ao longo do eixo central comum, abrindo-se em volutas que se entrecruzavam umas nas outras definindo esquemas de relações sociais, até que uma delas, a todas envolvendo, se alarga para o espaço em plena liberdade e expansão.

Existirá, de facto, a esta luz, uma cultura portuguesa?

Constituirá o povo português uma estrutura cultural continuamente em vibração e em expansão?

Um rápido bosquejo histórico permite uma afirmativa clara imediata.

É de admitir que nas regiões conhecidas hoje por Beira e Minho existisse uma estrutura incipiente lusitana.

Os lusitanos constituíam certamente um grupo social definido, com tradições, com hábitos, com leis e costumes que já os individualizavam de outros grupos habitando a orla atlântica da Ibéria.

Comportamento e temperamento vincaram a separação.

Criaram ambiente natural próprio.

Conta o historiador italiano Carcopino que César foi obrigado a empreender uma acção contra os lusitanos. Organizou um exército e dirigiu-se para os Montes Hermínios, a nossa Serra da Estrela, intimando os habitantes a descerem das montanhas e a trazerem as suas aldeias para a planície. Perante escusa e recusa combateu-os com a maior violência, incendiou-lhes as casas e chacinou os que pôde apanhar na perseguição que lhes moveu até ao litoral. Alguns, todavia, conseguiram refugiar-se nas Berlengas.

Não o deteve o mar. Com a ajuda de uma esquadra requisitada em Cadiz — a operação devia ser de monta para merecer tanta preparação — atacou as Berlengas e trucidou os lusitanos que pôde haver às mãos.

No ano de 47 AC, em notícia de coortes que combatiam contra César, referem os documentos que algumas eram compostas por «indígenas da Lusitânia, colonos espanhóis e escravos fugitivos».

Mais uma razão, a luta, para os lusitanos se centrarem sobre si mesmos, se isolarem, se cruzarem consanguinamente, para aumentarem a segurança — para vibrarem como estrutura.

Entre o século V e o século XI, largos períodos de paz, porfiada evangelização cristã e, por vezes, necessidades de defesa, proporcionam a formação de outros grupos sociais que se desenvolvem e consolidam no território que é hoje a metade norte de Portugal e o noroeste da Espanha (Galiza).

Estabelecem-se entre estes grupos afinidades sociais intensas que a religião mais fundamenta: a fé católica é um novo elemento cultural fortemente actuante e aglutinante.

Possivelmente a vibração social dentro de cada estrutura, produzida pelo encontro de umas com as outras, provocou transformações estruturais que originaram a formação de uma nova estrutura de ordem superior, englobando todas as que vibraram mais em unísono — e essa nova estrutura cobre o ocidente da Península.

Na primeira metade do século XII uma minoria, gente do Minho e do Douro, toma uma decisão política e cria o Estado Português.

Portugal é assim a expressão de uma vontade — e não é consequência do jogo de factores naturais adjuvantes.

Pelo contrário: vai ser necessário cindir a estrutura social e cultural existente, vai ser necessário criar novos elementos culturais, vai ser necessária uma organização sistemática de novas regras — isto é, ou se cria uma nova estrutura ou o novo Estado perde a individualidade acabada de conquistar.

Está criado o Estado, existe agora mais um elemento cultural tremendamente actuante e aglutinante, a solidariedade política — mas não existe ainda a Nação Portuguesa.

Tal como hoje acontece com a Rodésia e a África do Sul: são indiscutivelmente Estados, a África do Sul já é uma Potência, mas não tiveram ainda tempo de se projectarem como nações.

O grupo social português firma-se no território e afirma-se com elementos culturais próprios.

Meio século depois da arrancada política e de reconhecida a independência, na centúria de 1200, surge um outro elemento cultural fundamental, dá-se o facto mais característico de uma cultura — o aparecimento da língua.

E logo nos princípios do século XIII se conhece a primeira composição poética portuguesa, a cantiga da «guarvaya», de Paay Soares de Taveiros.

Rapidamente se difunde a língua portuguesa e ganha homogeneidade.

Conforme aponta num pequeno livro precioso o Dr. Jorge Morais-Barbosa, não se notam diferenças de composição linguística, ou de palavras, entre as composições poéticas dos «nobres trovadores e dos plebeus jograis».

D. Diniz apressa-se a determinar que se redijam em português, e não em latim, os processos e as actas judiciais.

O conjunto das tradições sociais aumenta significativamente.

Em poucas dezenas de anos, funda-se a primeira Universidade, que se conta entre as primeiras do mundo, criam-se Ordens de Cavalaria portuguesas, utilizam-se técnicas especiais para a construção de navios e para a nave-

gação, aperfeiçoam-se as instituições, robustece-se o Estado, apuram-se as técnicas militares, faz-se política diplomática com mestria e poder — e o Povo Português adquire uma fisionomia própria.

Pode pois afirmar-se com rigor científico que, no século XIV, existe no mundo, em plena floração, uma cultura portuguesa.

Mas é também por esta época que a massa social portuguesa se consciencializa como Nação.

A crise de 1383-1385, a transformação da estrutura, o afan da escolha do Rei, primeiro um príncipe, D. João, filho natural de D. Pedro e D. Inês, e falhado este, outro, o Mestre de Avis, porque a condição de base era ser-se português, as decisões políticas extremas dos dirigentes fortemente apoiadas pela massa popular, as manifestações colectivas, tudo revela já a existência de um sentimento comum a que podemos chamar sentimento nacional.

Inicia-se uma grande e formidável empresa colectiva, um constante afazer que todos os dias é posto em causa e todos os dias reafirmado, uma obra portentosa, que nunca se acaba, mas continuamente cresce e avoluma — a Nação Portuguesa.

A estrutura cultural, porque é total, transformadora e auto-reguladora, suscita estruturas de ordem superior — a vibrarem com tudo o que integram.

Aparecem novos continentes, aparece um novo tipo de homem, portador de cultura ocidental e cristã a instalar-se no mundo, aparece a África, aparece a Índia, aparece o Brasil.

A Nação Portuguesa na sua expansão combina harmoniosamente vários estilos de vida e talha uma feição de estar no mundo.

Vive-se e convive-se com quem é diferente — e todos somos Nação.

A cultura portuguesa marca, e constitui agora, uma autêntica civilização.

Todas as culturas são igualmente respeitáveis. Mas há culturas com maior projecção do que outras, mais históri-

cas, porque «histórico é tudo o que exerce ou exerceu influência».

Há culturas isoladas que morrem.

Lévi-Strauss afirma no seu livro *Raça e História*: «a exclusiva fatalidade, a única tara que pode afligir um grupo humano e impedi-lo de plenamente realizar a sua natureza, é estar só».

Uma raça pura, a admitir o conceito, nunca criou uma cultura superior. Uma cultura forte, dinâmica, foi sempre o resultado e fusão de vários grupos étnicos.

Atente-se no quadro português.

Alguns escritores consideram o mundo dividido em duas idades: antes de Vasco da Gama e depois de Vasco da Gama.

Mackinder, grande geopolítico britânico, escrevia ainda não há muitos anos, no período entre as duas guerras mundiais: «Mesmo na Ásia estamos provavelmente a assistir aos últimos lances do jogo primeiro jogado pelos cavaleiros de Yermak o Cossaco e pelos marinheiros de Vasco da Gama».

A Nação Portuguesa pluri-continental e pluri-racial ocupa uma vasta área cultural com afastadas fronteiras culturais em contínua vibração porque hoje já não existem fronteiras que possam considerar-se isobáricas políticas.

A Nação Brasileira, por seu lado, com 100 milhões de pessoas a falarem português, prepondera na América do Sul.

Com estilo de vida próprio, com o luso-tropicalismo, com a pluralidade dos continentes e a imensidade dos recursos, com uma economia em expansão e uma população impregnada de altos ideais, com um sentido de missão e uma crença firme, Portugal e o Brasil são criadores e representantes de um novo tipo de vida, de uma nova e autêntica civilização, a civilização luso-brasileira.

Não se tome esta concepção como poesia — «a going-on of emotion», um «fluir de emoção»: ela é, no fundo, a adequada resposta ao desafio dos tempos modernos.

II

A DIFUSÃO DA CULTURA

a. A acção actual dos Militares no ensino da Língua Portuguesa e na difusão da cultura em África.

Apontaremos apenas dois instantes desta actuação, por mais inéditos e mais recentes: o ensino do português a elementos da etnia macúá; o inquérito sociológico a todos os comandantes militares das províncias portuguesas e arquipélagos do Atlântico.

a) Ensino da língua portuguesa a soldados macúas.

A linguagem é o facto cultural por excelência.

Sempre tiveram disso os nossos chefes militares completa consciência e todas as armadas e expedições levaram consigo milhares de livros religiosos, técnicos e de ensino.

Em 1504 já havia no Congo muitos «mestres» de ler e escrever», em 1512, Afonso de Albuquerque tinha várias escolas em pleno funcionamento e, no mesmo ano, o Xequê da Ilha de Moçambique escrevia cartas ao Rei D. Manuel.

Poucos anos depois da morte de Gutemberg estava instalada uma tipografia no Congo e outras rapidamente se instalaram, na Etiópia em 1515, em Goa em 1557, e em vários territórios portugueses.

Flagrante contraste com outros países, pois a Rússia só em 1563 possui tipografia, a Turquia em 1727 e a Grécia em 1821.

Hoje as nossas unidades militares editam centenas de folhetos, jornais e publicações de toda a ordem e mantém escolas em que se ensinam muitos milhares de pessoas.

Mas o caso macúá tinha de ser visto a uma luz especial.

Os macúas habitam no distrito mais rico de Moçambique, são numerosos, são fiéis, são trabalhadores e têm oferecido grande resistência à penetração da subversão. Constituem, por vezes, unidades militares de certa importância.

Impunha-se que todos falassem português correntemente — e em curto prazo.

Pensou o Estado-Maior do Exército, num propósito de interesse nacional mas com aplicação restrita ao meio militar, estabelecer um programa de ensino intensivo da língua portuguesa, fundado nos métodos científicos mais modernos, para os soldados macúas e seus familiares.

O Ministro do Exército apoiou a ideia e obteve o auxílio do Ministro das Educação Nacional que imediatamente nomeou o Professor Herculano de Carvalho para organizar o primeiro curso.

O Instituto dos Meios Audio Visuais para o Ensino (IMAVE) ajudou com a sua experiência a resolver o problema técnico.

A Fundação Callouste Gulbenkian, na primeira linha do serviço à cultura, prometeu o seu apoio.

O Comandante Militar de Moçambique juntou mais uma preocupação às suas preocupações operacionais e com manifesta boa vontade prontificou-se a entrar neste combate.

Porque ele também é imensamente importante.

Os nossos inimigos, para além da fronteira norte de Moçambique, ensinam o português a todas as crianças que lhes aparecem, oriundas de etnias moçambicanas. Recebem fortes subsídios de organizações internacionais. Prometem cursos rendosos aos jovens. Pretendem preparar uma massa culta que nos seja adversa.

Temos que lhes opôr a nossa coesão nacional — e de igual para igual.

O curso militar intensivo será um elemento ínfimo nesta grande causa — mas já é para ela uma contribuição: vai fazer-se, expedito, aplicando técnicas que poderemos classificar de produção industrial.

Em Moçambique estão prontos a começar com a incorporação militar de Agosto. Aqui está praticamente completa a organização dos programas e o Estado-Maior espera que o Prof. Herculano de Carvalho possa ir a Nampula para o arranque do curso.

É evidente que vamos experimentar o sistema em retorta de laboratório, por assim dizer, e pôr fora da nossa

preocupação tudo o que colida com os planos educacionais de iniciativa e responsabilidade provincial.

Mas a língua portuguesa não pode deixar de ser em Moçambique uma língua veicular, uma língua franca, até ao dia em que apareça como única: as unidades militares constituem para este efeito um embrião essencial.

O Ministro do Ultramar, que foi oficial e sente o serviço militar, terá conhecimento imediato dos resultados que se obtiverem. Urge trabalhar na escala adequada.

Portuguêsmente temos de ganhar em dias o que perderam anos.

b) O Inquérito Sociológico.

Uma cultura transforma-se por invenção independente ou por contacto com outras culturas — e no caso português utilizaram-se abundantemente os dois processos.

Normalmente é-se inclinado a considerar uma influência em plano inclinado, num sentido só, entre uma cultura superior e uma cultura inferior, mas, sociologicamente, o contacto joga nos dois sentidos.

A presença de muitos milhares de soldados em todas as Províncias Portuguesas e o retorno à vida civil de outros tantos milhares, anualmente licenciados, põem problemas de consciencialização, de contacto social, de relações culturais, de choque psicológico, que têm o mais alto interesse para a estrutura da Nação.

O Estado-Maior do Exército decidiu obter alguns dados apenas do problema e autorizado e apoiado pelo Ministro do Exército lançou-se a fazer um Inquérito Sociológico por intermédio dos Comandos Militares de todas as Províncias Portuguesas e Arquipélagos do Atlântico.

Estudou-se um Questionário — e agradeço aqui o conselho inicial do Professor João Pereira Neto.

Após reflexão entendeu-se, porém, articular o Questionário em 2 partes: a 1.ª parte aplicável a todas as Províncias e Arquipélagos, e a enviar a todos eles para conhecimento; a 2.ª parte, específica para cada Província ou Arquipélago,

pretende focar mais de perto o particularismo de cada meio cultural, a enviar só a quem diz respeito.

As questões desdobradas e sugeridas em muitas perguntas-guia referem-se especialmente às áreas seguintes: ensino; técnicas e profissões; desenvolvimento físico e desportos; actividades sociais; adaptação ao meio; religião; educação cívica; consciência nacional.

Cada destinatário conhece as questões que lhe são postas especialmente e as questões de generalidade que a todos os outros foram submetidas.

Da resposta às duas séries de questões, pedida para Agosto próximo, poderemos não só derivar uma conclusão sobre a influência do Exército na difusão da cultura de que é portador como também, de certo modo, analisar a influência das culturas circundantes ao Exército sobre o próprio Exército.

A discriminação das Províncias e Arquipélagos é apresentada da forma seguinte:

Algarve
Alto Alentejo
Angola
Baixo Alentejo
Beira Alta
Beira Baixa
Beira Litoral
Douro Litoral
Estremadura
Guiné
Índia
Macau
Minho
Moçambique
Ribatejo
S. Tomé e Príncipe
Timor
Trás-os-Montes e Alto Douro
Açores
Cabo Verde
Madeira.

pretende focar mais de perto o particularismo de cada meio cultural, a enviar só a quem diz respeito.

As questões desdobradas e sugeridas em muitas perguntas-guia referem-se especialmente às áreas seguintes: ensino; técnicas e profissões; desenvolvimento físico e desportos; actividades sociais; adaptação ao meio; religião; educação cívica; consciência nacional.

Cada destinatário conhece as questões que lhe são postas especialmente e as questões de generalidade que a todos os outros foram submetidas.

Da resposta às duas séries de questões, pedida para Agosto próximo, poderemos não só derivar uma conclusão sobre a influência do Exército na difusão da cultura de que é portador como também, de certo modo, analisar a influência das culturas circundantes ao Exército sobre o próprio Exército.

A discriminação das Províncias e Arquipélagos é apresentada da forma seguinte:

Algarve
Alto Alentejo
Angola
Baixo Alentejo
Beira Alta
Beira Baixa
Beira Litoral
Douro Litoral
Estremadura
Guiné
Índia
Macau
Minho
Moçambique
Ribatejo
S. Tomé e Príncipe
Timor
Trás-os-Montes e Alto Douro
Açores
Cabo Verde
Madeira.

Que cultura, que herança social vão os nossos descendentes receber?

Foram sempre os militares quem mais imediatamente contactou e conviveu com as populações — e lhes deram o primeiro choque da nova cultura de que eram portadores.

Talvez que hoje ainda sejam os militares presentes em todo o território da nossa África e percorrendo-o constantemente, quem melhor possa dar testemunho das possibilidades de estabilidade social, das reacções sociais — porque saltam espontâneas têm maior valor — que mais favorecem ou dificultam a coesão social de amanhã.

Isolo apenas um facto — que diâriamente se observa no Exército: a harmonia de convivência entre o português africano e o português não africano.

A palavra «bárbaro» significa, etimològicamente, os sons do canto dos pássaros, a emissão de sons de articulação desconhecida, e contrapõe-se assim à emissão dos sons da voz humana, cuja articulação é conhecida.

Foi primitivamente usada na antiguidade para designar os grupos humanos que não pertenciam à civilização grega — bárbaros eram os diferentes.

Os povos da civilização ocidental empregaram-na largamente para vincar a distinção entre eles e «os outros» e o seu uso ainda hoje perdura, com sentido pejorativo.

Para os portugueses o africano não foi nem é um bárbaro. Hoje é mesmo um «companheiro» — isto é, partilha do mesmo pão. A sua cultura foi sempre respeitada e no processo de aculturação não foi a violência o traço marcante.

Houve certamente abusos de poder, injustiças, a lei da força — mas onde os não houve no mundo, onde os não houve em qualquer província portuguesa, do Minho ao Algarve, sempre que existiam abruptos desníveis sociais? Onde os não há infelizmente ainda hoje?

Mas a violência como política ou como sistema não esteve nunca no espírito, nem no coração, dos portugueses.

E ainda hoje na crise terrível que se atravessa o Exército combate com energia, com absoluta determinação, mas sem ódio.

Num ponto ou noutro, onde o ferro está mais em brasa, pode a natureza humana deixar sobressair a sua animalidade, mas o Exército, no seu todo, faz a guerra sem ódio.

E por vezes é uma luta entre irmãos.

Refiro um facto.

No norte de Angola uma pequena coluna militar é atacada numa emboscada. Reacção instantânea. Em segundos os adversários estavam fora de acção. Alguns fugiram, outros jaziam na estrada. Um destes, mortalmente ferido, ao vêr-se rodeado pelos soldados, murmurou: há aí gente de artilharia de Luanda... Perdão... E morreu.

Na hora da verdade este homem sentiu que alguma coisa de indefinível, mas indestrutível, o havia ligado sempre aos artilheiros de Luanda e com uma única palavra, e das mais belas, conseguiu exprimir que era português e pertencia à Nação.

Há que cair a fundo sobre o erro — mas perdoar infinitamente a quem se arrepende de ter errado.

A coligação absurda, assinalada por Salazar, de interesses estrangeiros e ideologias de subversão que visa destruir-nos tem de ser desfeita e desaparecer.

Contra ela se bate o Exército — mas sobretudo combate por um alto ideal de paz.

E os clarins que hoje fazem soar a marcha de guerra serão os mesmos, empunhados pelas mesmas mãos, que amanhã, tocarão o hino de louvor à paz — a paz nas terras da Nação Portuguesa, a paz nas terras de toda a África.

6 – Ortografia e as Ortografias do Português – Prof Doutor José G. Herculano de Carvalho (Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa Nº 13 – 1º Semestre de 1997 – Rio de Janeiro).

ORTOGRAFIA E AS ORTOGRAFIAS DO PORTUGUÊS

José G. Herculano de Carvalho
Universidade de Coimbra

1

Desde o século de quinhentos até ao início do presente, agora findoiro, século, a *ortografia* – termo que rigorosamente equivale a "grafia correta" e a que, em sentido também rigoroso, se opõe o termo *cacografia* "grafia incorreta ou errada" – andou entregue ao parecer, mais ou menos autorizado, dos "ortógrafos". Cada um deles propôs o modelo gráfico que se lhe afigurava o melhor, embora todos balançassem entre não mais de dois critérios que lícita, ainda que simplistamente, podemos denominar de *etimológico* e *fônico*. Nenhum desses modelos (senão, na segunda metade do século 19, com Barboza leão, aderente, com "quase" perfeita coerência, do critério "fônico" a que chamou *sônico*) foi porém somente uma ou outra coisa e nenhum também chegou jamais a impor-se à universalidade dos que escreviam em língua portuguesa.

"*Enfin Malherbe vint!*" Isto é, traduzindo Boileau à lusitana língua e o sentido do seu hemistíquio à realidade de que nos ocupamos: "chegou enfim a Portugal o regime republicano" e, com ele, o Ministro do Interior (por que *esse*?) que, em nome da Liberdade, autocraticamente decidiu pôr cobro à barafunda gráfica que "reinava" (como "reinar" em terra republicana?!) nas hostes do Povo, em que cada um dos cidadãos escrevia segundo bem lhe parecia, isto é, segundo as suas convicções pessoais ou apenas segundo hábitos adquiridos com o mestre-escola e com as leituras. Para isso, nomeou o ministro, Antônio José de Almeida, uma comissão de filólogos os quais, baseando-se em parte na norma gráfica prescrita pelo foneticista Gonçalves Viana e pelo sanscritista Vasconcelos Abreu, em parte na que vigorava já para a língua dos vizinhos castelhanos¹, formulou as regras que, promulgadas por simples portaria, passaram com o desastrado apelido de *Reforma Ortográfica*, a constituir a primeira Ortografia oficial de Portugal.

A este ato, patrioticamente concebido mas em que o Brasil tinha ficado incompreensivelmente esquecido (sem que porém a indesculpável "gaffe" causasse ressentimento, como o mostra a atitude aprobatória das mais eminentes figuras de sua cultura), sucedeu em breve a era dos Acordos

Portugal – Brasil, tendentes a corrigir o lamentável esquecimento inicial e a pôr fim ao escândalo único de *uma* língua se escrever em (orto-)grafias diversas, segundo a nacionalidade de quem a escrevia e ... escreve.

Mas, quer no ato da *Reforma* quer na contradança dos Acordos, tanto os filólogos-(orto)grafistas quanto os governantes têm esquecido três pontos teóricos fundamentais. O primeiro é o de que qualquer "sistema" gráfico outra coisa não é senão uma forma *meramente* convencional (como o foi mesmo para os semitas inventores do alfabeto) de representação, para a vista, dos sinais instrumentais, que na língua viva são, por natureza, dirigidos ao ouvido, de tal sorte que a relação entre sinal escrito e sinal sonoro não é (necessariamente) unívoca. O segundo é o de que, numa língua com longa tradição escrita, existem certos "costumes" gráficos, recebidos do passado, que os seus usuários não consentem ou dificilmente consentem *ver* trocados por representações diferentes de aquelas que a tradição consagrou: alguém poderia fazer vingar hoje, na comunidade lusófona, a substituição de *casa* por *kaza* ou de *mouro* por *moro* ou *môro* em nome dos argumentos, objetivamente certos, de que a letra *c* "não devia" convenientemente representar "sons" tão diversos como os que tem em *casa* e em *certo*, e de que o dígrafo *ou* na língua-padrão atual não representa mais um ditongo? O terceiro é o de que a "ortografia" (seria mais exato dizer a "grafia"), irregular e caprichosa como era a do português até à primeira década deste século, *não se reforma, fixa-se*. Quer dizer, quando o legislador de 1911, apoiado na proposta da Comissão, determinou que se escrevesse *sapato* e não *çapato*, enunciando a regra de que o *c* com cedilha nunca se usasse em inicial de palavra (por quê?), nada mais fez do que *fixar*, como única correta, uma de duas alternativas que antes se ofereciam facultativamente à escolha de quem escrevesse.

Postos estes pontos, e em particular o terceiro, um outro, de ordem pragmática, surge, sob a forma de pergunta: a quem cabe o papel de "fixar" a ortografia? Se examinarmos os casos das principais línguas de cultura da Europa de hoje, que são usadas por falantes de várias nações, verificamos que, para todas elas, a fixação se realizou, por assim dizer *naturalmente*, por um consenso tácito, fundado, acima de tudo, na imitação do *modelo tradicional*, i.é, o do uso dos considerados "bons escritores". Para o francês (e, embora de modo diferente, para o castelhano) esse uso foi reforçado pela sua consagração, desde 1694 no dicionário da Academia Francesa que, prestigiosa aos olhos da gente de cultura, a esse dicionário conferiu o seu prestígio. Mas para o inglês (e para o alemão) o caso afigura-se bem diferente, dado não existir para essa língua qualquer academia ou instituição análoga que conferisse prestígio a um modelo de escrita em desfavor de outro ou outros. Note-se aliás ainda que, entre uma e outra dessas duas línguas, há de comum duas características fundamentais: o seu conservantismo e,

como consequência deste, o seu profundo desacordo com a "pronúncia" que se observa, p. ex., no Fr. *oiseau* e no Ingl. *through*.

Que, para a nossa língua, a fixação ortográfica se tenha e, pelo que estamos observando, continue tendo de se realizar por meio de leis promulgadas pelos governos é, não digo de lamentar, mas digo ou diria sim, que é de estranhar. Se não, compare-se com outro caso: o atual alfabeto cirílico do russo, com insignificantes diferenças, deve-se à vontade reformadora (sic) do tsar Pedro o Grande, mas ele (1º) não foi imposto por decreto, (2º) resultou da necessidade cultural de "criar" uma língua escrita e literária *verdadeiramente russa* (até então idioma que exercia, em parte, esse papel era ainda o "eslavo eclesiástico", russificado mas não russo), e (3º) triunfou exatamente por essa razão *e não menos* por encontrar, a apoiar esse triunfo da vontade imperial, desde o início, o grande prestígio intelectual do sábio Lomonosof (que, além de outros títulos, teve o de ser o autor da primeira gramática russa) e, logo em seguida, o não menor prestígio de Pushkin que, em verso e em prosa, foi o primeiro grande autor da literatura russa, na qual continua sendo dos maiores.

2

Mas passemos aos eventos da última década relativos à unificação ortográfica da língua comum, que já não o é somente do Brasil e de Portugal, mas dos sete países que se encontram na fase decisiva da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que, por sua expressa vontade, interessa também aos nossos irmãos da Galiza.

A proposta, formulada por uma comissão designada pela Academia das Ciências de Lisboa, foi discutida no Rio de Janeiro com a Academia Brasileira de Letras, na presença de delegados de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe e ainda na de Observadores Galegos. A imprensa brasileira *mas também a portuguesa*, acompanharam com interesse e simpatia, os trabalhos da Comissão Mista, mas, como é por demais sabido, em breve, de este lado do Atlântico, a simpatia "sumiu" e a proposta de Acordo tornou-se alvo de uma viva, violenta, quase diria, histórica campanha contrária, movida muito mais pela paixão do que pela fria razão.

Perante a violência – e não as "razões"! – dessa descontrolada reação, foi decidido, por uma cedência talvez necessária, talvez não, que se elaborasse nova proposta, tendo, mais uma vez, a Academia das Ciências de Lisboa designado para esse efeito uma comissão de que eu, já então seu sócio correspondente, fiz parte. Nessa qualidade, participei nas reuniões em que, aos poucos, se foram formulando "novas" normas de grafia – que, ressalvando pequenos pormenores, não *diferiam das que, antes como hoje*, têm

estado em vigor. A minha presença nessas reuniões não implica que ao trabalho nelas realizado eu tenha dado uma contribuição muito positiva. Tendo antes publica e *convictamente* defendido a proposta de 1986 e ainda por outras razões aqui não relevantes, colaborei sem interesse nessa tarefa, a que não me podia eximir – tanto mais que não soube antecipadamente que ia trabalhar com uma comissão pronta a todas as cedências –, limitando as minhas intervenções a contribuir para a mera formulação de algumas normas.

Apesar disso e apesar de a minha colaboração não se ter estendido até ao final dos trabalhos, sinto-me, pelo menos perante a Academia, moralmente responsável pelos seus resultados.

Mas a verdade é que não fora abalada a minha concordância com a primeira proposta – que não se estendia às normas relativas ao "uso" do hífen – tanto mais que ela tinha por base aquela que, correspondendo, essa sim, às minhas convicções, fora apresentada e aprovadas no Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra de 30 de abril a 6 de maio de 1967. Pretendendo que a breve "Proposta de Unificação e Simplificação da Ortografia" assentasse no mais largo consenso possível, comecei por a submeter ao parecer de 13 filólogos participantes do Simpósio – 6 brasileiros e 7 portugueses –, os quais, com uma só exceção, a subscreveram sem hesitar e sem pedir argumentos justificativos. Foram eles: Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Adriano da Gama Kury, Victorino Nemesio, J. do Prado Coelho, L. F. Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Alvaro J. da Costa Pimpão [Vencido no ponto nº 1 – supressão, em Portugal, das "consoantes mudas"?], M. de Paiva Boléo, A. da Costa Ramalho. Apresentados seguidamente à votação do plenário do Simpósio, foram os cinco pontos, que constituíam a proposta, aprovados por maioria.²

3

De todos os modos, a segunda proposta académica, embora apresentada publicamente, em outubro de 1990, em sessão solene a que não faltaram delegações dos Países Africanos de expressão portuguesa, e oficialmente consagrada, dois meses depois, como *mais um acordo* assinado pelos Governos do Brasil e de Portugal, não conseguiu até hoje converter-se num verdadeiro *acordo*. O que significa que o projeto de ortografia comum continua assim a não ser praticado, a não ser pois mais que um "papel" sem qualquer valor.

Em tais circunstâncias, em que não há acordo mas total *desacordo*, não me parece inoportuno voltar a terçar armas pela que foi minha dama, a

Proposta Ortográfica de 1986, para o que começo por destacar que os dois únicos argumentos "de peso" que, envoltos no fragor da tempestade, contra ela foram invocados, careciam realmente de qualquer peso e, conseqüentemente, de relevância.

O primeiro argumento, que não tem em conta senão a variedade lusa – um "senão" muito grave! –, refere-se ao problema (eu diria, o probleminha) das chamadas "consoantes mudas", que, segundo se pensa (e diz) em Portugal, se devem conservar porque lhes cabe uma "importante" função prosódica: a de indicar a pronúncia aberta da vogal átona anterior. Assim, a manutenção da letra *p* em *adoptar*, *adopção* da letra *c* em *afectar*, *afecção* evita que o leitor (ignorante) pronuncie essas palavras com *u* (*adutar*; *adução*) ou com o "e surdo" próprio de *alfabetizar*, *alfabetação*.

Ora o valor do argumento é nulo e assenta num princípio falso: o de que a conservação das consoantes mudas é condição "sine qua non" da pronúncia correta de tais palavras, *quando os fatos provam que assim não é*. Com efeito, por que razão se pronunciam com *a*, *e* e *o* abertos palavras como *caveira*, *vádio*, *invadir*; *invásão*, *gáñar*; *pégada*, *prèga*, *mèzinha*, *esquècer*; *gèração*, *còrar*? por que *corrètor* (da Bolsa), *prestàção*, *ilàção*, *dilàção*? e por que será que os alfacinhas dizem *nàrciso* e *Màtosinhos*? Não é evidentemente por a Ortografia oficial portuguesa "manter" a consoante muda em *retaguarda* que se pronuncia *rètaguarda* mas é, ao contrário, por a palavra se pronunciar com *è*, que com tanta frequência ela aparece erradamente escrita como *rectaguarda*! Por outro lado, de que serve grafar *caracterizar*, *característico* etc. se o *a* da segunda sílaba nunca se pronuncia aberto – *caràterístico* –?

O segundo argumento, não menos irrelevante do que o primeiro, é o que se opõe à supressão do diacrítico equivocadamente chamado "*acento*" (agudo e circunflexo) na "vogal tônica" das palavras ditas *esdrúxulas* ou *proparoxítonas* (ou no pretérito *cantámos* para o distinguir do presente *cantamos*, quando tal distinção se não dá no Norte de Portugal), relativamente as quais se pretende que a ausência deste constituiria grave obstáculo para a sua leitura correta – *obstáculo* e não *obstacúlo*.

Para entendermos essa irrelevância basta considerarmos dois contra-argumentos:

O primeiro é o de que até à "Reforma" de 1911 esse *auxiliar imprescindível* de leitura não se usava em português e ... ninguém lhe sentia a falta.

O segundo é o de que, desde sempre e até hoje, se passa com o Italiano, no qual, possuindo essa língua um número de proparoxítonos consideravelmente mais elevado que o Português, não se usa tal *acento* e nin-

guém lhe sente a falta. Só que, para prevenir uma eventual dúvida (não apenas a esse respeito mas relativamente a outros pontos da ortofonia), os lexicógrafos assinalam a letra correspondente – a "vogal" da sílaba, a "consoante" z – com um sinal convencional que indica que a primeira é aberta ou fechada, sobre ela incidindo o acento tônico da palavra, e que a segunda representa ou [ts] ou [dz]. Tão simples como isso!

"Mas – poder-se-á opor – os "nossos" leitores não estão habituados a usar dicionários". Pois, *com ou sem "acentos" gráficos, é indispensável incutir-lhes esse hábito*, sem o qual continuarão a ignorar, como de fato ignoram, o que significam as palavras!!

A esses contra-argumentos, acrescento ainda um terceiro: o de que *tal* diacrítico com *tal* função é totalmente desconhecido de todas as restantes línguas européias, como o russo, o romeno, o inglês *et sic cum aliis*. Em inglês, que possui tantos pares de homógrafos, constituídos por um nome e um verbo, que fonicamente se distinguem só pelo lugar do acento – *cómment n. / (to) commént v.* (mas *consént* quer como nome quer como verbo!) –, a falta de diacrítico não faz a mínima falta!

4

Ao aproximar-me do fim do meu arrazoadado, creio ainda sumamente necessário chamar a atenção dos leitores para mais dois pontos de singular importância:

1º] Entre os princípios teóricos fundamentais a que deve obedecer uma "reforma" ortográfica da natureza e do alcance da que contemplamos, penso que, numa perspectiva sobretudo pragmática, tal "formulação de normas de grafia", embora oficial, deve ter caráter mais normativo do que compulsivo. Quero dizer na minha: creio que na sua grande maioria, se não na totalidade, a opinião pública dos lusófonos concorda que foi acertada a abolição do trema e dos acentos distintivos de pares de homógrafos como "(o) acêrto" / "(eu) acerto". Todavia, na minha opinião, o que foi – ou seria – realmente acertado não foi a abolição dos diacríticos mas a abolição *do caráter obrigatório do seu uso*, obrigatoriedade que penalizava impiedosamente com a classificação de "erro" qualquer infração à norma! Ora o caráter normativo a que me refiro, como preferível à compulsividade, residiria em "permitir" que os diacríticos, "oficialmente" abolidos, fossem criteriosamente usados *em função da necessidade* ... de evitar um erro fatal de prosódia.

Para ser bem claro, vou dar um exemplo concreto. Penso que não é novidade para ninguém, de certa cultura e de espírito observador, que o verbo "regularmente" escrito *arguir* e os seus derivados *arguente*, *arguição*

são "pronunciados", na maioria das vezes, como se o *u* ... não existisse. Ora, para que tal não suceda e para ensinar os ignorantes (uma obra de misericórdia que não só ao ME [?!] cabe praticar), entendo que seria de grande conveniência que as "leis" da Ortografia Oficial permitissem a oportuna restituição do trema nesses vocábulos: *argüir* – *argüente* – *argüição*. Casos análogos são o de *seqüestro*, *seqüestrar* e o do adjetivo *eqüestre* ("estátua equestre"), palavras que, na falta do trema, (quase) todo o mundo erroneamente pronuncia como se se grafassem *sequestro*, *equestre*.

2º] Com uma tal "reforma", são duas as *principalíssimas* finalidades que se procuram alcançar, apesar de serem bem poucos aqueles que delas têm consciência. Uma é a *razoável unificação gráfica* que corresponda e respeite – citarei agora um grande conhecedor e amigo da cultura Luso-Brasileira, Paul Teyssier – "a unidade fundamental da língua Portuguesa", conhecida a qual *devemos* "deduzir que a salvaguarda desta unidade é um imperativo maior para todos os povos interessados!",³ ainda que para tanto tenhamos que sacrificar hábitos e ... preconceitos, entre estes os de certos portugueses partidários de um sedição e suspeito nacionalismo ortográfico, que chegam ao ponto – inacreditável! – de identificar a "nossa" ortografia com a "nossa" identidade nacional! Bem fraca idéia fazem desta os que temem vê-la ameaçada pelo fato de se passarem a escrever *acto*, *adoptar* etc. sem a consoante muda! A esses há a opor que, acentuando-se vertiginosamente o processo da internacionalização e sendo o Brasil o país que conta, de muito longe, a maioria de lusófonos, é a ortografia que aí vigora, e não a de Portugal, a que sistematicamente é escolhida na redação dos documentos que, em língua portuguesa, emanam das variadas comissões internacionais de índole política, econômica, etc.

A segunda razão liga-se com o fato de que a "reforma" em vista implica uma notável *simplificação da escrita*. Ora é por demais sabida a altíssima percentagem de analfabetos que caracteriza a composição demográfica quer de Portugal quer do Brasil, e ninguém duvida da necessidade de corrigir *o mais urgentemente possível* essa lamentável, vergonhosa falta, que constitui um dos mais importantes fatores do nosso atraso em todos os campos. E quem pode duvidar de que uma ortografia simples contribui poderosamente para a correção dessa falta?

Mas há mais. Dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é necessário ensinar o português a muitos milhões de aloglotas, o que complica em alto grau a tarefa da sua alfabetização, enquanto, por outro lado, a *simplicidade da escrita* ajuda a descomplicá-la.

(*) Sócio Efectivo da Revista Militar, de que foi Secretário (1976) e Director-Gerente da Direcção (1977-1995).